

Universidade Federal do Amazonas – UFAM  
Instituto de Ciências Exatas e Tecnologia – ICET  
Programa de Pós-Graduação em Ciência e Tecnologia para Recursos  
Amazônicos – PPGCTRA

HANNA PAULA NEGREIROS DE ALMEIDA

**AGRICULTURA FAMILIAR E SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL NA  
COMUNIDADE RURAL DE NOVO REMANSO (AMAZONAS, BRASIL)**

Itacoatiara

2023

HANNA PAULA NEGREIROS DE ALMEIDA

**AGRICULTURA FAMILIAR E SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL NA  
COMUNIDADE RURAL DE NOVO REMANSO (AMAZONAS, BRASIL)**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Ciência e Tecnologia para Recursos Amazônicos, no Instituto de Ciências Exatas e Tecnologia da Universidade Federal do Amazonas, como parte dos requisitos para obtenção do título de Mestre em Ciência e Tecnologia para Recursos Amazônicos, área de concentração em Ciências Ambientais.

Orientadora: Prof<sup>ª</sup>. Dr<sup>ª</sup>. Marília Gabriela Gondim Rezende

Itacoatiara

2023

## Ficha Catalográfica

Ficha catalográfica elaborada automaticamente de acordo com os dados fornecidos pelo(a) autor(a).

A447a Almeida, Hanna Paula Negreiros de  
Agricultura Familiar e sustentabilidade ambiental na comunidade rural de Novo Remanso (Amazonas, Brasil) / Hanna Paula Negreiros de Almeida . 2023  
99 f.: il. color; 31 cm.

Orientadora: Marília Gabriela Gondim Rezende  
Dissertação (Mestrado em Ciência e Tecnologia para Recursos Amazônicos) - Universidade Federal do Amazonas.

1. Questões agrícolas. 2. Sociedade-meio ambiente. 3. Dimensões ambientais. 4. Gestão territorial. I. Rezende, Marília Gabriela Gondim. II. Universidade Federal do Amazonas III. Título

Dedico aos meus pais, Maria Elvandra e Lidomar Pantoja.

Vocês são meu maior exemplo de força e perseverança.

Ao Leovando Gama sempre presente durante

toda a caminhada. Eu amo vocês.

## **AGRADECIMENTOS**

À Deus, pelas oportunidades que me foram dadas, pelas dificuldades com quais aprendi e cresci, agradeço principalmente pela sua infinita sabedoria que colocou força em meu coração para vencer essa etapa em minha vida.

Aos meus pais, Maria Elvandra e Lidomar Pantoja que tanto lutaram pela minha educação, deixando de viver seus sonhos para que eu pudesse viver os meus. Agradeço pelo incentivo nas horas difíceis de desânimo e cansaço, pelo amor incondicional que me deu forças para nunca desistir dos meus sonhos.

Aos meus avós, Marlene Serrão e Domingos Pantoja, pelas orações, compreensão nas minhas ausências, colo e o amor que nunca me foi recusado. A vocês também dedico esta dissertação.

Aos meus familiares, em especial minhas tias, pela motivação, incentivo e apoio.

Ao meu namorado, Leovando Gama, pelo amor e respeito, sem o seu apoio e companheirismo essa conquista não seria possível. Agradeço por me fazer acreditar que o possível se faz com esforço e dedicação.

À minha querida orientadora, Prof<sup>ª</sup>. Marília Gabriela pela amizade construída, conselhos, conversas, empenho na minha orientação e pela confiança. Minha eterna gratidão por compartilhar sua sabedoria, o seu tempo e sua experiência. Saiba que por você tenho grande admiração.

Aos colegas Jardeson, Wladson e Poliana, pela amizade desde o início do mestrado, vocês tornaram esta caminhada mais leve. Agradeço em especial a Poliana, passamos alguns perrengues nas coletas de campo, mas conseguimos nossos objetivos.

Aos amigos, Nelcilene e Oderlans pela amizade e por todo apoio nas horas de dificuldades. Por vezes, vocês foram minha válvula de escape.

Aos agricultores de Novo Remanso, principais atores dessa dissertação, obrigada por compartilharem seus saberes.

A Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Amazonas (FAPEAM) pela bolsa concedida.

## RESUMO

O surgimento de novos arquétipos agrícolas em questões ambientais revela a busca por uma agricultura sustentável que busca inserir esse novo paradigma e demonstra que a agroecologia é um caminho possível, pois fornece um arcabouço metodológico para entender os princípios por trás de uma compreensão mais profunda da natureza. Nesse contexto, o cerne dessa pesquisa foi analisar a agricultura familiar e a (re) produção dos agroecossistemas da comunidade de Novo Remanso. Para o alcance e compreensão a partir dos objetivos elencados, o capítulo 1 aborda questões agrícolas e seu desenvolvimento, bem como atividades produtivas utilizadas na geração de renda que são desenvolvidas pelos agricultores, além de elucidar as configurações dos agricultores com a economia de mercado. O capítulo 2 traz uma narrativa na busca por compreender os saberes e conhecimento, além das estratégias de conservação praticadas pelos agricultores da área em estudo. No capítulo 3 são evidenciadas a tessitura da gestão territorial na comunidade. Utilizou-se diferentes mecanismos metodológicos, tais como levantamento bibliográfico, documental e campo, além disso, foram aplicadas ferramentas metodológicas como formulários, Calendário Agrícola, Mapa de Migração, Diagrama de Venn e a Matriz F.O.F.A. Os dados da pesquisa mostram que a agricultura familiar tradicional foi desenvolvida principalmente para a sobrevivência e é permeada por valores e características como, tais como, cooperação, solidariedade, família e parentesco, preocupação com o bem-estar, que fazem parte do grupo familiar fundamental para a sustentabilidade social, isto tudo isto está interligado e representam a sustentabilidade sociocultural da comunidade. Portanto, este recorte torna-se necessário, pois aponta entraves, fraquezas, dificuldades e acima de tudo a resiliência de famílias que buscam sobrevivência, que mesmo com problemas sociais, econômicos e ambientais diversos, conseguem suportar e continuar em meio a uma realidade multifacetada.

**Palavras-chave:** questões agrícolas, sociedade-meio ambiente; dimensões ambientais; gestão territorial.

## ABSTRACT

The emergence of new agricultural archetypes in environmental issues reveals the search for sustainable agriculture that seeks to insert this new paradigm and demonstrates that agroecology is a possible path, as it provides a methodological framework to understand the principles behind a deeper understanding of nature. . In this context, the core of this research was to analyze family farming and the (re) production of agroecosystems in the community of Novo Remanso. In order to reach and understand the listed objectives, chapter 1 addresses agricultural issues and their development, as well as productive activities used to generate income that are developed by farmers, in addition to elucidating the configurations of farmers with the market economy. Chapter 2 brings a narrative in the quest to understand knowledge and knowledge, in addition to the conservation strategies practiced by farmers in the area under study. Chapter 3 highlights the fabric of territorial management in the community. Different methodological mechanisms were used, such as bibliographical, documental and field survey, in addition, methodological tools were applied such as forms, Agricultural Calendar, Migration Map, Venn Diagram and the F.O.F.A Matrix. Research data show that traditional family farming was developed mainly for survival and is permeated by values and characteristics such as cooperation, solidarity, family and kinship, concern for well-being, which are part of the fundamental family group for social sustainability, these are all interconnected and represent the sociocultural sustainability of the community. Therefore, this cut becomes necessary, as it points out obstacles, weaknesses, difficulties and, above all, the resilience of families that seek survival, which even with various social, economic and environmental problems, manage to endure and continue in the midst of a multifaceted reality.

**Keywords:** agricultural issues, society-environment, enviromental dimensions, territorial management.

## **LISTA ABREVIATURAS DE SIGLAS**

AM	Amazonas
OMS	Organização Mundial da Saúde
PRONAF	Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar
PNATER	Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural
IDAM	Instituto de Desenvolvimento Agropecuário e Florestal Sustentável do Estado do Amazonas
PNATER	Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural para a Agricultura Familiar e Reforma Agrária
ONU	Organização das Nações Unidas
NPK	Nitrogênio, Fósforo e Potássio
LDB	Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional

## LISTA DE FIGURAS

<b>Figura 1:</b> Aplicação dos formulários com os agricultores.....	20
<b>Figura 2:</b> Área de estudo - Vila de Novo Remanso – Itacoatiara/Amazonas.....	21
<b>Figura 3:</b> Principais meios de transporte utilizados para o acesso a vila .....	22
<b>Figura 4:</b> Marcos centrais relacionados à Questão Socioambiental.....	29
<b>Figura 5:</b> Principais atividades produtivas desenvolvidas pelos agricultores em torno de Novo Remanso .....	34
<b>Figura 6:</b> Algumas espécies cultivadas pelas unidades familiares .....	35
<b>Figura 7:</b> Principais espécies de interesse dos agricultores familiares.....	37
<b>Figura 8:</b> Unidade de produção familiar .....	45
<b>Figura 9:</b> Mapa de migração.....	47
<b>Figura 10:</b> Diagrama de Venn .....	70
<b>Figura 11:</b> Produção da farinha pelos agricultores de Novo Remanso .....	73
<b>Figura 12:</b> Lixão de Novo Remanso .....	78
<b>Figura 13:</b> Matriz F.O.F.A .....	86

## **LISTA DE QUADROS**

<b>Quadro 1:</b> Momentos históricos da questão agrária no Brasil .....	26
---	----

## LISTA DE TABELAS

<b>Tabela 1:</b> Tamanho das propriedades (ha).....	35
<b>Tabela 2:</b> Principais produtos desenvolvidos nas propriedades dos agricultores familiares tradicionais de Novo Remanso .....	36
<b>Tabela 3:</b> Número de membros residentes no domicílio dos entrevistados .....	50

## LISTA DE GRÁFICOS

<b>Gráfico 1:</b> Canais de comercialização dos produtos dos agricultores familiares .....	39
<b>Gráfico 2:</b> Local de nascimento dos moradores de Novo Remanso.....	46
<b>Gráfico 3:</b> Motivos que levaram os atuais residentes a morar Novo Remanso.....	48
<b>Gráfico 4:</b> Distribuição dos agricultores por sexo e faixa etária .....	49
<b>Gráfico 5:</b> Escolaridade dos entrevistados .....	50
<b>Gráfico 6:</b> Meios de transportes .....	51
<b>Gráfico 7:</b> Renda mensal dos agricultores.....	52
<b>Gráfico 8:</b> Principais composições de renda dos agricultores.....	53
<b>Gráfico 9:</b> Conhecimento dos agricultores sobre o que são estratégias de conservação.....	55
<b>Gráfico 10:</b> Estratégias de Conservação citadas pelos agricultores .....	56
<b>Gráfico 11:</b> Grau de escolaridade dos agricultores de acordo com a faixa etária .....	65
<b>Gráfico 12:</b> Material que é feita da casa dos agricultores .....	66
<b>Gráfico 13:</b> Tipo de fossa .....	67
<b>Gráfico 14:</b> Abastecimento de água .....	68
<b>Gráfico 15:</b> Abastecimento de energia elétrica .....	69
<b>Gráfico 16:</b> Frequência de queimadas .....	75
<b>Gráfico 17:</b> Destino das sobras de alimentos .....	76
<b>Gráfico 18:</b> Destino dos resíduos sólidos na comunidade de Novo Remanso .....	77
<b>Gráfico 19:</b> Organização Social Participante .....	81
<b>Gráfico 20:</b> Participação em Organização Social.....	81
<b>Gráfico 21:</b> Crença religiosa dos entrevistados .....	82
<b>Gráfico 22:</b> Realização de trabalho coletivo .....	83

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO</b> .....	15
<b>OBJETIVOS</b> .....	18
1. Objetivo geral.....	18
2. Objetivos específicos .....	18
<b>PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS</b> .....	19
1. Área da pesquisa .....	21
2. Aspectos da comunidade.....	22
3. Procedimentos éticos .....	23
4. Marco Lógico-Metodológico .....	23
<b>CAPÍTULO I – QUESTÕES AGRÍCOLAS E SUSTENTABILIDADE NA AGRICULTURA FAMILIAR NO BRASIL</b> .....	24
1. Sustentabilidade .....	28
2. Sustentabilidade social.....	30
3. Sustentabilidade econômica.....	31
4. Sustentabilidade ambiental .....	31
5. Sustentabilidade cultural.....	31
6. O papel da agricultura familiar no desenvolvimento regional em Novo Remanso .....	33
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS</b> .....	41
<b>CAPÍTULO II – A AGRICULTURA FAMILIAR E ESTRATÉGIAS DE CONSERVAÇÃO NAS LOCALIDADES DE NOVO REMANSO: FAMÍLIA, TRABALHO E SABER</b> .....	43
1. Agricultura familiar na localidade de Novo Remanso.....	45
2. Diversificação de cultivos.....	56
3. Técnica de pousio .....	57
4. Adubação orgânica.....	57
5. Conservação da mata .....	58
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS</b> .....	60
<b>CAPÍTULO III – SUSTENTABILIDADE SOCIOAMBIENTAL: A ORGANIZAÇÃO DA GESTÃO TERRITORIAL NA LOCALIDADE DE NOVO REMANSO</b> .....	62
1. Sustentabilidade social na agricultura familiar na comunidade de Novo Remanso .....	63
2. Sustentabilidade econômica no entorno da Vila de Novo Remanso .....	71
3. Sustentabilidade ambiental na comunidade de Novo Remanso .....	74
4. Formas de organização e base territorial em Novo Remanso.....	79

5. As configurações da gestão territorial na localidade de Novo Remanso .....	84
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS</b> .....	88
<b>REFERÊNCIAS</b> .....	90

## INTRODUÇÃO

O espaço rural é um meio dinâmico e diverso, com composição e características de formação própria em várias regiões do país e que agrega diferentes núcleos familiares. A agricultura familiar neste meio tem importância significativa, uma vez que promove emprego e renda para as populações locais.

No entanto, apesar da sua importância, as instituições públicas destinadas a fortalecer este segmento demonstram um certo descaso. Houvera menos incentivo para migrar para o meio urbano se os agricultores oportunizarem de fatores que incentivem a permanência no meio rural, tais como, acesso à saúde, educação, comunicação e opções de lazer.

A agricultura hoje é o resultado de um processo que começou há milhares de anos atrás e, ao longo da história, houveram muitas transformações. Essa prática foi se popularizando e ganhando cenário mediante a interação com as culturas e especificidades locais de distintos povos, criando diferentes modos de desenvolvimento agrícola no mundo.

Todavia, duas coisas perduram, uma vez que para produzir alimentos que possam suprir às demandas da sociedade faz-se necessário praticar a agricultura, e a agricultura convencional, diferente da agricultura tradicional, causa danos ao ambiente. Assim, é evidente a importância de se alcançar a construção de uma agricultura sustentável.

A agricultura familiar, que por muito tempo foi chamada de agricultura de sobrevivência, é uma forma de produção que junta a organização e o trabalho, sendo os próprios agricultores a organizarem o processo produtivo com o auxílio da família, por vezes completando esta renda com o trabalho assalariado ou qualquer outra fonte de renda (ANDRADE et al., 2022).

Questionamentos sobre sua importância vem ganhando força, estimulados por debates embasados no desenvolvimento sustentável. A questão é que o uso dos recursos naturais em grandes proporções tem causado intensa degradação ambiental, uma vez que destroem habitats e espécies úteis para a sobrevivência do planeta. Tal realidade deve ser debatida com a intenção de apontar caminhos para retroceder este impasse (ANDRADE NEVES, 2020). Com esse fim, é necessário realizar ações e atividades que proponham novos tipos de desenvolvimento e de agricultura que respeitem as particularidades de cada agroecossistema, bem como a biodiversidade e a variedade cultural, para que as futuras

gerações possam desfrutar do mesmo ecossistema existente no planeta (FORTE NETO, 2022).

Desta maneira, diversas convicções agronômicas, ecológicas e socioeconômicas são indispensáveis para orientar uma visão transdisciplinar, bem como novos arquétipos de desenvolvimento e construção da sustentabilidade agrícola. Neste recorte, o surgimento de novos arquétipos agrícolas em questões ambientais revela a busca por uma agricultura sustentável que busca inserir esse novo paradigma e demonstra que a agroecologia é um caminho possível, pois fornece um arcabouço metodológico para entender os princípios por trás de uma compreensão mais profunda da natureza dos agroecossistemas e seu funcionamento.

Além de integrar princípios agronômicos, ecológicos e socioeconômicos com a compreensão e avaliação do impacto da tecnologia nos sistemas agrícolas e na sociedade como um todo, buscando incorporar de forma sistemática as três dimensões da sustentabilidade: economicamente viável, socialmente justa e ecologicamente sustentável.

A escolha pela comunidade de Novo Remanso como área de investigação empírica ocorreu após um encontro com alguns agricultores e a forma como se identificam com a atividade e as dificuldades enfrentadas por eles chamou-me a atenção e nesta conjuntura a inquietação e a curiosidade de analisar a agricultura familiar e a (re) produção dos agroecossistemas da comunidade de Novo Remanso, além de conhecer e vivenciar esta realidade surgiu.

Para o alcance e compreensão a partir dos objetivos específicos elencados, este trabalho está dividido em três capítulos. O capítulo 1 aborda questões agrícolas e seu desenvolvimento, bem como atividades produtivas utilizadas na geração de renda que são desenvolvidas pelos agricultores, além de elucidar as configurações dos agricultores com a economia de mercado.

O capítulo 2 traz uma narrativa na busca por compreender os saberes e conhecimento, além das estratégias de conservação praticadas pelos agricultores da área em estudo. No capítulo 3 são evidenciadas a tessitura da gestão territorial na comunidade.

Nesta perspectiva, a complexidade científica deste trabalho propõe-se secundar a produção de conhecimentos dentro das questões discutidas, na intenção de expandir conhecimento por meio das produções científicas sobre a sustentabilidade da agricultura

familiar em diferentes contextos, seja regional, nacional ou internacional, dando subsídios e visibilidade às comunidades ribeirinhas e ao agricultor familiar como um dos protagonistas na continuidade dos processos defensores da sustentabilidade da agricultura familiar.

## **OBJETIVOS**

### **1. Objetivo geral**

Analisar a agricultura familiar e a (re) produção dos agroecossistemas da comunidade de Novo Remanso do município de Itacoatiara (AM).

### **2. Objetivos específicos**

Identificar as atividades produtivas que são desenvolvidas pelos agricultores familiares utilizados para a geração de renda nas comunidades;

Compreender as estratégias de conservação utilizadas pelos agricultores da área de estudo;

Descrever a tessitura da gestão territorial na Comunidade de Novo Remanso.

## **PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS**

A presente pesquisa, do ponto de vista metodológico, se apresenta de forma qualitativa com finalidade exploratória e descritiva, de natureza básica. Para Gil (2019), o uso da pesquisa qualitativa permite o aprofundamento da investigação das questões relacionadas ao fenômeno em estudo e das suas relações, mediante a máxima valorização do contato direto com a situação ao passo que a pesquisa exploratória proporciona maior familiaridade com o problema (GIL, 2008).

Foram utilizados diferentes mecanismos metodológicos, dado a complexidade do tema. Assim sendo, para proporcionar o bom desenvolvimento e alcançar os objetivos, foram realizados um vasto levantamento bibliográfico, documental e de campo, através da leitura e análise de livros, artigos científicos, teses e dissertações disponíveis em meios eletrônicos confiáveis. Foi realizado ainda, um levantamento sobre os seguintes assuntos: agricultura familiar, gestão organizacional, sustentabilidade ambiental e aspectos climáticos e sociais da comunidade. Documental, pois houve necessidade de informações em órgãos e instituições públicas que trabalham na área da agricultura familiar e, de campo, pois foram coletados dados junto aos agricultores comerciantes das comunidades.

Além disso, foram aplicados formulários com perguntas semiestruturadas objetivas com 60 agricultores (as) residentes na área de estudo. O formulário buscou as informações sobre o ambiente e as experiências adquiridas pelos moradores da comunidade, incluindo atividades exercidas nas áreas de acesso ou posse da propriedade, com o intuito de observar: dados característicos de cada família, elementos dos sistemas de produção, estratégias de conservação, dimensão da área, tempo de uso, característica do sistema, manejo, cultivo, espécies cultivadas, preparo do solo, insumos utilizados, etnoconhecimento, dificuldades ou problemas nos sistemas de produção e propósito de uso e destinação da produção. Utilizou-se como critérios de inclusão homens e mulheres agricultores (as) maiores de 18 anos, que estão desenvolvendo atividades agrícolas em suas terras e que aceitaram participar voluntariamente da pesquisa, e para critérios de exclusão, ter abaixo de 18 anos, morar na comunidade a menos de 5 anos, e não trabalhar na comunidade (Figura 1).

**Figura 1:** Aplicação dos formulários com os agricultores



**Fonte:** ALMEIDA, 2023

Para Botelho e Cruz (2013), esta técnica proporciona ao pesquisador conhecer o significado que o entrevistado dá aos fenômenos e acontecimentos de seu cotidiano, utilizando seus próprios termos e para Yin (2015) é uma das mais importantes fontes de informação para estudo de caso.

Os dados obtidos mediante os formulários foram dispostos no Programa Excel, onde tornou possível a representação gráfica nos diferentes contextos abordados.

Foi elaborado o Calendário Agrícola com intuito de determinar quais produtos são cultivados pelos participantes da pesquisa, permitindo visualizar como funciona a dinâmica dos cultivos dos agricultores. Também foi utilizado como ferramenta metodológica o Mapa de Migração, que proporciona a visualização da formação social da comunidade, além disso, foi utilizado o Diagrama de Venn, como uma forma dinâmica e criativa de representar os diferentes elementos dos sistemas produtivos dentro e fora da comunidade. Dessa forma, por meio desta ferramenta, os mesmos poderão questionar e compreender diversos aspectos sociais, econômicos e culturais que afetam o seu cotidiano. Para descrever as fragilidades e potencialidades, foi elaborado junto aos agricultores a Matriz F.O.F.A, pontuando as características intrínsecas da organização suas forças e fraquezas e as características externas, oportunidades e ameaças, resultando nas percepções sobre os ambientes em que a comunidade está inserida e concretizar as medidas que a comunidade tomará, finalmente, para enfrentar os seus problemas.

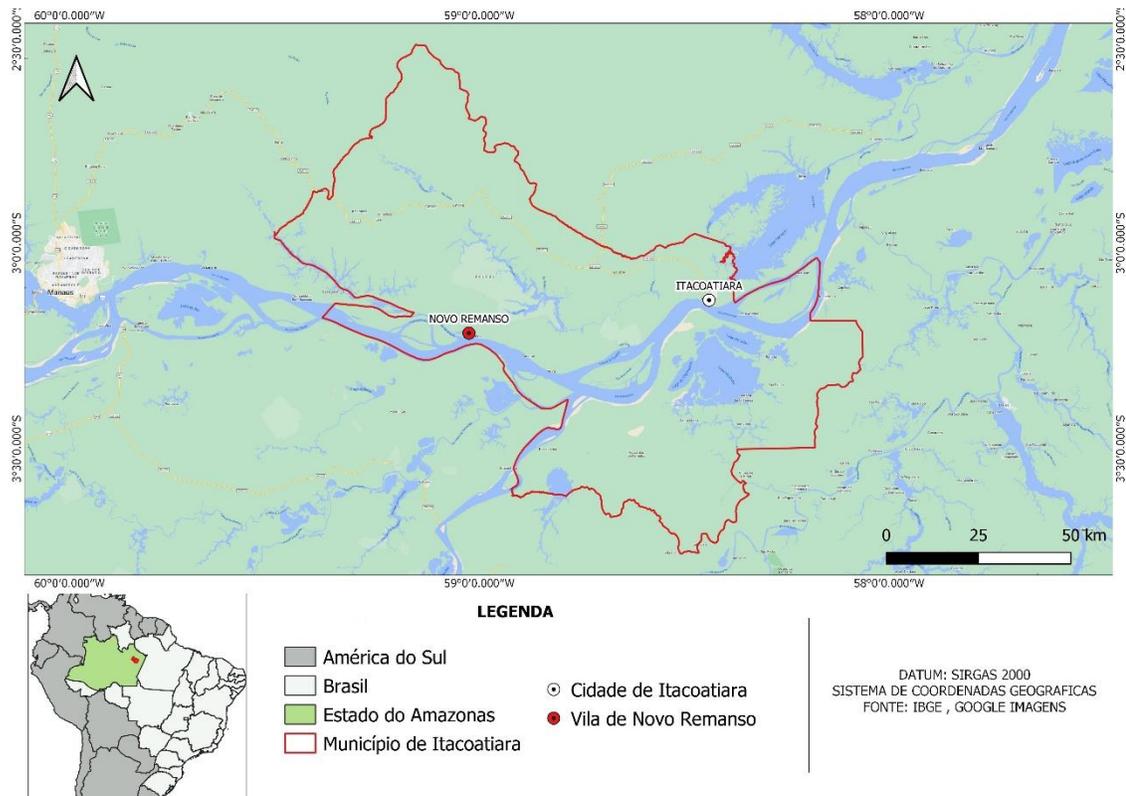
Em vista disso, por tratar-se de uma pesquisa interdisciplinar, com um olhar na busca pelo conhecimento de uma forma plural, foram utilizados diferentes instrumentos metodológicos visando a produção de um conhecimento mais próximo da realidade.

### 1. Área da pesquisa

Esta pesquisa foi realizada na Vila de Novo Remanso, localizada na Microrregião do município de Itacoatiara, no estado do Amazonas (AM), Brasil.

A Vila de Novo Remanso está localizada à margem esquerda do rio Amazonas, de modo preciso na foz do rio Paraná da Eva. A distância para a sede municipal (Itacoatiara) é de 142 (cento e quarenta e dois) quilômetros via Estrada e Rodovia AM-010 (Figura 2) (IDAM, 2012).

**Figura 2:** Área de estudo - Vila de Novo Remanso – Itacoatiara/Amazonas



O acesso à comunidade é viável pelos meios de transporte terrestre, pela rodovia AM-010 ou por qualquer meio de transporte por via fluvial, feito predominantemente por barcos típicos regionais (Figura 3).

**Figura 3:** Principais meios de transporte utilizados para o acesso a vila



Os meios de transporte facilitam o deslocamento dos agricultores até cidades próximas, sendo o ônibus o meio de transporte mais utilizado por eles.

## **2. Aspectos da comunidade**

A vila de Novo Remanso foi criada entre os anos de 1976 e 1980, com um pequeno aglomerado de famílias. O nome da localidade faz alusão à uma peculiaridade geográfica das águas do local onde está estabelecida a Vila. Até aquele momento, a área recebia o nome de Comunidade Menino Jesus, e os mais velhos ainda a chamam de Ciazônia, referente à uma empresa madeireira, pertencente aos portugueses que habitaram nos anos passados o local.

O local é categorizado como Vila do Distrito de Novo Remanso, enquadrada como área pouco densa, caracterizada por áreas de modificação entre a paisagem rural e urbana com pequenas ocupações nas sedes de distritos (IBGE, 2017). O Distrito de Novo Remanso é composto, segundo o último Censo do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, realizado em 2010, por 37 comunidades. A Vila de Novo Remanso possui uma população urbana de 6.950 habitantes e 8.930 habitantes na zona rural, totalizando 15.880 habitantes (IBGE, 2010; IDAM, 2012).

Segundo Vieira (1998), a localidade de Novo Remanso apresenta duas classes de solo: o Latossolo que varia de cor amarela a vermelho-amarelada, com uma textura muito argilosa; e a segunda classe representada pelos podzóis, estes contendo horizontes de areia branca, que em alguns casos atingem metros de espessura.

A temperatura alterna entre 23 a 40° C, com média de 27,1° C para a região do Distrito de Novo Remanso, com clima tropical chuvoso e úmido (IDAM, 2011).

A energia elétrica é fornecida por meio da Companhia Amazonas Energia através do programa federal Luz para Todos.

### 3. Procedimentos éticos

O Comitê de Ética em Pesquisa da Universidade Federal do Amazonas, que é uma base nacional unificada de registros de pesquisas envolvendo seres humanos para o sistema CEP/CONEP, aprovou o projeto com o Certificado de Apresentação de Apreciação Ética – CAAE nº 57366322.0.0000.5020.

Visto que ainda estávamos vivenciando um cenário pandêmico e diante da situação todas as ações foram planejadas, trabalhadas e desenvolvidas sobre o prisma de um plano de biossegurança, foram utilizados todos os equipamentos de proteção individual, higienização e as recomendações dadas pela Organização Mundial da Saúde (OMS), garantido assim, a segurança de todos os participantes envolvidos na pesquisa.

### 4. Marco Lógico-Metodológico

O marco lógico-metodológico destaca todas as ferramentas utilizadas e que foram fundamentais para a construção dessa pesquisa.

<b>OBJETIVOS ESPECÍFICOS</b>	<b>FERRAMENTAS METODOLÓGICAS UTILIZADAS</b>
Identificar as atividades produtivas que são desenvolvidas pelos agricultores familiares utilizados para a geração de renda nas comunidades	<b>Entrevistas abertas / Formulários / Calendário Agrícola</b>
Compreender as estratégias de conservação utilizadas pelos agricultores da área de estudo	<b>Entrevistas abertas/ Formulários/ Mapa de Migração</b>
Descrever a tessitura da gestão territorial na Comunidade de Novo Remanso	<b>Formulários / Diagrama de Venn / Matriz F.O.F.A</b>

## **CAPÍTULO I – QUESTÕES AGRÍCOLAS E SUSTENTABILIDADE NA AGRICULTURA FAMILIAR NO BRASIL**

O termo agricultura familiar apresenta várias nuances de significado em sua conceituação. De acordo com Altafin (2007), é um conceito em desenvolvimento, com importantes raízes históricas e relacionadas com a produção camponesa tradicional, onde, mesmo com os diferentes arquétipos agrícolas atuais não houve uma ruptura completa com as formas de produção tradicional.

Para Guerra et al. (2007), a agricultura familiar não é uma classe social recente nem uma nova categoria de análise na sociologia rural. Todavia, dada a sua utilização, significado e extensão, alcança ares de novidade e renovação nos últimos anos no Brasil, até pelas mudanças que o vem ocorrendo no país, seja na área macroeconômica (estabilidade dos preços, aumento dos investimentos) como no contexto político (criação do Ministério do Desenvolvimento Agrário, fortalecimento dos movimentos sociais).

Entretanto, neste trabalho será utilizado o conceito apresentado por Lamarche (1993), sendo a agricultura familiar vista como uma unidade agrícola de exploração onde a propriedade e o trabalho são familiares. Nela, o acesso e a apropriação dos bens, principalmente terra e trabalho, estão profundamente relacionados à família.

No Brasil, o que hoje são chamados de agricultores familiares, já receberam e ainda recebem diferentes terminologias como camponês, pequeno produtor, lavrador, agricultor de subsistência. A mudança do termo acompanha, em partes, as metamorfoses do contexto social e a transformação pela qual a categoria passou, mas é desfecho também de novas percepções sobre o mesmo sujeito social (GUERRA et al., 2007).

A agricultura familiar é responsável por produzir em torno de 80% dos alimentos consumidos mundialmente, sendo também a principal fonte responsável pelos alimentos que chegam às mesas das famílias brasileiras, respondendo por cerca de 70% da produção nacional (FAO, 2014). No entanto, esta importante parcela de trabalhadores rurais foram excluídos das políticas de desenvolvimento criadas para a produção das grandes propriedades, e sofrem com as exigências da competitividade e desafios da globalização (SANTOS; MITJA, 2012).

Segundo Baquero, Fazzone e Falconi (2007), embora a agricultura continue sendo um dos setores mais amplos e dinâmicos nas zonas rurais, sua importância não havia sido

totalmente reconhecida nem valorizada do ponto de vista das políticas públicas dos países da América Latina.

O crescente interesse em discutir a importância social e econômica dessa unidade produtiva, que fora negligenciada por anos, se concretizou em políticas públicas, como o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF), em 1996; da institucionalização das diretrizes sobre a definição do PRONAF estabelecendo o conceito de agricultor familiar e empreendedor familiar rural por meio da Lei nº 11.326, em 2006; da criação do Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional mediante a Lei nº 11.346, em 2006; da criação da Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural para a Agricultura Familiar e Reforma Agrária (PNATER) por meio da Lei nº 12.188, em 2010; da criação da Lei nº 13.839/2019 sobre a ampliação das condições de acesso aos alimentos por meio da produção, em especial, da agricultura tradicional e familiar (DE OLIVEIRA et al., 2021). Sobre o PRONAF, Schneider, Mattei e Cazella (2004) apontam que foi um dos programas mais relevantes que aconteceu no âmbito das políticas públicas para o espaço rural brasileiro nas últimas décadas.

Para tratar a questão agrária no Brasil, precisa-se considerar o papel da agricultura, especialmente nas décadas de 1960 e 1970, o qual é dito como marco histórico devido ao plano de mudanças socioeconômicas objetivando o crescimento econômico pelo qual o país passava que resultou na modernização sem reformas no que concerne a questão agrária no Brasil (LUTOSA, 2012).

A questão agrária permeou o mundo desde a colonização em 1500 até dos dias atuais. Essas questões perpassam a vida de milhões de brasileiros que precisam da terra necessariamente para o seu sustento e reprodução social. Contrariamente à essa realidade, o país é marcado por uma ampla concentração de propriedade privada que caracteriza a economia agrária brasileira em favor de uma reduzida minoria. A questão subjacente está na relação entre a carência da população rural brasileira e o tipo de estrutura agrária do país, uma vez que o traço essencial consiste na acentuada concentração da propriedade fundiária (PRADO JR, 2014).

Para Nakatani et al. (2012), a contar da colonização portuguesa, passando pela Lei da Terra em 1850 e por todo o processo de industrialização experienciado no século XX, a questão agrária brasileira continua quase inalterada e compondo as bases das contradições

sociais e econômicas. Para os autores, o Brasil pode ser o único país que vivenciou um profundo e relevante crescimento, e desenvolvimento econômico sem propor transformações na questão agrária, nem mesmo a exemplo de países como Estados Unidos, China e URSS que de diversificadas formas proporcionaram o acesso à terra para suas populações (NAKATANI et al., 2012).

Diante do exposto, os problemas agrários são estruturais e não podem ser solucionados apenas com medidas de políticas agrícolas ou social, uma vez que seus efeitos podem ser destruídos pela estrutura fundiária concentradora (MENDONÇA, 2010).

Portanto, a compreensão do contexto rural no Brasil hoje, só é possível, na medida em que a observação se estende para a história do país, pois a questão agrária não pode ser dissociada de cada cenário e momento histórico, o que pode ser brevemente descrita no quadro abaixo.

**Quadro 1:** Momentos históricos da questão agrária no Brasil

<b>Período</b>	<b>Descrição</b>	<b>Principais características</b>
1500-1822	Colonização e origem do latifúndio	Padrão de ocupação e divisão do território em amplas capitâncias de caráter hereditário. Nesse modelo não existia a propriedade privada da terra, somente concessões. Os principais ciclos exploratórios eram extrativistas: pau-brasil, cana de açúcar, ouro e café. Mão de obra escrava.
1822-1930	Modelo agroexportador	O surgimento da Lei de Terras, em 1850. Introdução do regime de propriedade privada das terras e terras devolutas pertencente ao Estado brasileiro. Inserção agroexportadora no sistema capitalista internacional, com a produção principalmente de café. Fim do período escravocrata e política de subsídio à imigração de europeus.
1930-1959	Questão agrária e a industrialização brasileira	Com a substituição do modelo importador, a economia brasileira entrou em um período de industrialização. A transferência de capital das atividades agrícolas para a indústria desencadeia o processo de migração rural-urbana.
1930-1959	Modernização Conservadora da Agricultura	Grande aparato tecnológico guarnecido de variedades de plantas modificadas geneticamente em laboratório, espécies agrícolas que foram desenvolvidas para alcançar alta produtividade, uma série de procedimentos técnicos com uso de defensivos agrícolas e de maquinários.

1990-2014	Agronegócio ou Agrobusiness	Os padrões agrícolas mudaram, o Estado diminuiu sua participação e o mercado passou a financiar a agricultura fortalecendo a cadeia do agronegócio. Hoje é a agroindústria que predomina no mercado da agricultura principalmente para a exportação
-----------	-----------------------------	---

**Fonte:** Nakatani et al (2012)

**Org.:** ALMEIDA, 2023

Dessa forma, a historicidade dos problemas agrícolas na sociedade brasileira não é recente, e no decorrer dos últimos anos, a intensidade dos debates sobre o assunto, estão diretamente relacionados ao fato de que ela vem sendo agravada pelo modo como têm se ampliado as relações capitalistas de produção no campo, em outros termos, a forma como o país tem expandido sua produção agropecuária tendo resultado em impactos negativos sobretudo na população rural (SILVA, 2001).

Não se pode afirmar que a agricultura familiar tem sido considerada como prioridade pelos governos, este segmento ainda enfrenta inúmeros problemas, como preços altos dos insumos agrícolas, a demanda irregular do mercado e os baixos preços de mercado para seus produtos (DE MESQUITA; MENDES, 2012).

Atualmente, as dinâmicas existentes no contexto da agricultura familiar envolvem uma real necessidade de adoção de práticas sustentáveis, levando em consideração uma maior qualidade de vida e conservação de recursos no futuro. O conceito de sustentabilidade implica, assim, a necessária inter-relação entre justiça social, condições dignas de vida, equilíbrio ambiental e ruptura com os atuais padrões de desenvolvimento (CAVALCANTE, 2001).

Segundo Kurten e Ternoski (2016), a sustentabilidade integrada no contexto da agricultura familiar demanda inicialmente a compreensão do próprio conceito de agricultura familiar, a qual caracteriza-se pela mão de obra essencialmente proveniente do núcleo familiar, bem como a família trabalhando para a sua reprodução social, uma característica distinta destes estabelecimentos é a heterogeneidade produtiva, como forma de buscar maior rentabilidade das atividades.

De acordo com Moreira (1998), a agricultura familiar e a procura pela sustentabilidade ambiental, estão relacionadas ao conceito de manutenção da família e a cultura camponesa. Hoje, a ecologia adiciona mais um elemento a essa concepção, que implica em gerar suficiente para se manter e usar os recursos naturais de forma sustentável.

Conforme aponta Andriole (2008), para que haja o desenvolvimento sustentável na

agricultura, deve-se observar os conhecimentos empíricos dos agricultores de acordo com a área em que eles vivem, para assim desenvolver métodos que possam reduzir a aplicação de insumos externos, com intuito de, atingir uma manutenção sustentável, que valorize a preservação dos recursos naturais.

## **1. Sustentabilidade**

Tendo em vista a escassez de recursos naturais e que estes são limitados, o uso do termo sustentabilidade tem acarretado inúmeras pesquisas e discussões tanto no meio acadêmico, assim como na sociedade de modo geral. A palavra sustentabilidade origina-se do verbo sustentar, que vem do latim *sustentare* e significa conservar, amparar, defender, manter (BEVILAQUA, 2016).

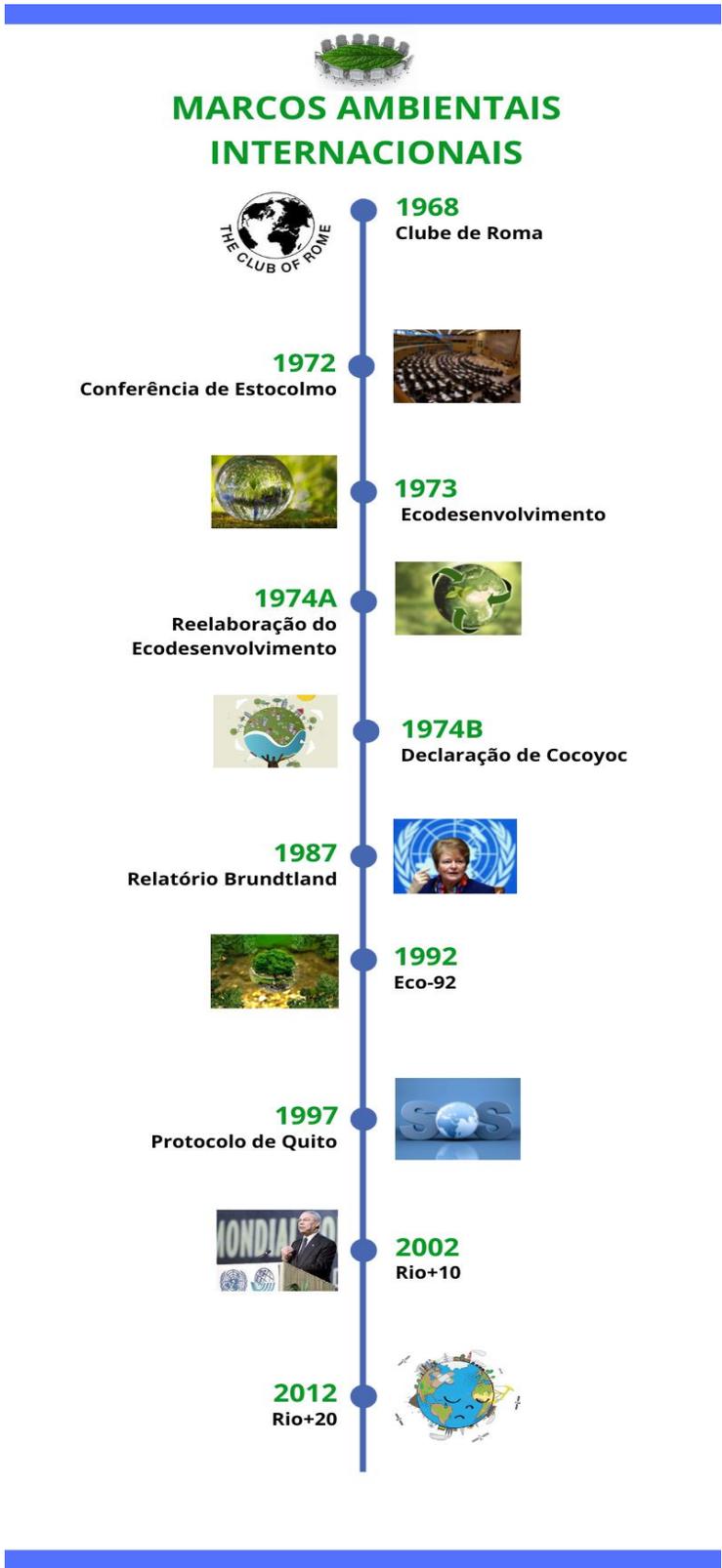
Segundo Fortuna (2010), no Brasil as preocupações ambientais passaram a ser abordadas em decorrência do paradigma que norteou o processo de modernização agrícola, pois influenciou e modificou fortemente o meio ambiente em busca de maior produtividade.

Diante das degradações ambientais que foram surgindo os movimentos sociais, arquitetando os primeiros esquemas em busca de soluções (FORTUNA; VERDUM, 2010; NASCIMENTO, 2012).

O primeiro grande passo global no âmbito do desenvolvimento sustentável, foi a Conferência de Estocolmo, em 1972. O termo desenvolvimento sustentável passou a ser utilizado em 1987, quando a Comissão Mundial de Meio Ambiente e Desenvolvimento, formada pela Organização das Nações Unidas (ONU), lançou o documento *Nosso Futuro Comum*, conhecido também como Relatório *Brundtland*. Esse documento estabeleceu um marco quando dispôs desenvolvimento como um processo que satisfaz as necessidades presentes, sem comprometer a capacidade das gerações futuras de suprir suas próprias necessidades (RELATÓRIO *Brundtland*, 1987).

A ideia de reconhecer que a superação da crise por meio da sustentabilidade para o desenvolvimento, ou de rompimento da ideia de infinidade dos recursos naturais não aconteceu de forma uniforme e instantânea, se constitui como fruto da percepção e reconhecimento da crise ambiental global, que percorreu um caminho longo até chegar ao estágio da concepção conhecida hoje (PONTES, 2015). A figura 4, constitui uma linha do tempo dos vários momentos e procura resumir a evolução de todo o processo voltado para as questões ambientais e com isso o debate da sustentabilidade.

**Figura 4:** Marcos centrais relacionados à Questão Socioambiental



**Fonte:** Ribeiro (2014)  
**Org.:** ALMEIDA, 2022

Maia (2009) enfatiza que todas as discussões no âmbito internacional e nacional possibilitaram a institucionalização da questão ambiental no Brasil, na década de 1970, resultando em seguida na formulação da Política Nacional do Meio Ambiente e a criação do Conselho Nacional de Meio Ambiente, no início da década de 1980. Principalmente, a criação da Agenda 21 Brasileira, criada em 1996 e concluída em 2002, elaborada a partir das diretrizes da Agenda 21 Global que se tornou um instrumento de planejamento participativo para o desenvolvimento sustentável do país.

Uma das estratégias em pauta é a ideia de agricultura sustentável, que visa novas práticas que conservem os recursos naturais e forneçam produtos mais saudáveis, sem comprometer os níveis tecnológicos alcançados de segurança alimentar.

Diante deste cenário, é fato que a crise socioambiental colocou em evidencia os questionamentos quanto as bases que sustentaram o atual modelo de crescimento econômico, assim como os limites impostos pela natureza, especialmente no que concerne aos meios de produção (LEFF, 2009; CAVALCANTE, 2012).

É necessário uma mudança na estrutura dos meios de produção alinhando-os com o ideal de sustentabilidade firmado nos dogmas de uma agricultura sustentável com bases na agroecologia, em que a agricultura desempenha um papel no processo de construção social e não somente como a aplicação de algumas tecnologias, isto é, no direcionamento de ações e atividades que proponham novos estilos de desenvolvimento e de agricultura que respeitem não só as condições específicas de cada agroecossistema, mas também a preservação da biodiversidade e da diversidade cultural (OLIVEIRA et al., 2008).

Neste panorama, a sustentabilidade deve ser vista como um conjunto de fatores inter-relacionados, conforme descrito (SANCHES, 2000; VAN BELLEN, 2005; GUIMARÃES, 2009) a seguir.

## **2. Sustentabilidade social**

A sustentabilidade social do desenvolvimento visa melhorar as condições de vida dos cidadãos. Isso destaca as estratégias de desenvolvimento com políticas públicas que objetivem a equidade social, a exemplo das políticas de emprego, moradia, educação e saúde (GUIMARÃES, 2009).

### **3. Sustentabilidade econômica**

A sustentabilidade econômica é uma das dimensões que está sempre presente, antes de tudo porque está atrelada às práticas econômicas, financeiras e administrativas voltadas para o desenvolvimento econômico. No entanto, não se trata de uma dimensão com condição prévia para qualquer outra (SACHS, 2000). Este fator é possível a partir de um fluxo incessante de inversões públicas e privadas com gerenciamento eficaz, além do manejo e alocação eficiente dos recursos naturais (SACHS, 2000).

### **4. Sustentabilidade ambiental**

A sustentabilidade ambiental destaca a capacidade de uso dos recursos naturais renováveis e não renováveis. Em particular, aos recursos não renováveis sugere limitar o ritmo de utilização, desafiando ao mesmo tempo o descobrimento de novos substitutos (GUIMARÃES, 2009). De acordo com o mesmo autor, a sustentabilidade no prisma ambiental está intimamente relacionada à capacidade de a natureza absorver e recuperar-se dos impactos produzidos pela ação antrópica. Portanto, para que o desenvolvimento seja ambientalmente sustentável é necessário preservar a integridade dos processos estruturais, que assegurem os fluxos de energia e de materiais na biosfera, além da biodiversidade do planeta (GUIMARÃES, 2009).

O foco principal é com o impacto das atividades humanas sobre o ambiente, a utilização dos recursos naturais disponíveis no planeta terra e a necessidade de diminuição do volume de substâncias poluentes a partir da adoção de políticas de conservação da energia e dos recursos, entre outras medidas. Significa ampliar a capacidade do planeta pela utilização do potencial encontrado nos diversos ecossistemas, ao mesmo tempo em que se mantém a sua deterioração em nível mínimo (SACHS, 2000; VAN BELLEN, 2005).

### **5. Sustentabilidade cultural**

A cultura desempenha um importante papel mediador entre os processos econômicos e ecológicos para alcançar a sustentabilidade, em todas as suas facetas. Por esse ângulo, Leff (2009) compreende que o desenvolvimento de todas as formações sociais está intimamente relacionado ao seu ambiente natural e, portanto, é condicionado por práticas culturais.

Dessa maneira, Sachs (2000) ao abordar a sustentabilidade no contexto cultural, destaca que esta se apresenta, dentre todas, de forma mais complexa para efetivação, visto

que, possui raízes internas buscando adaptar-se as mudanças em sintonia com a continuidade cultural de cada contexto local.

Nesta perspectiva está relacionado ao caminho da modernização, mas não rompe a identidade cultural em um contexto espacial específico, por isso é preciso pensar o processo de modernização de acordo com as questões culturais vivenciadas por cada área específica (LEFF, 2009; SACHS, 2000).

Neste sentido, o maior desafio é pensar e construir uma outra economia embasada nos princípios da racionalidade ambiental, uma proposta inovadora, no entanto uma maneira de alcançar a sustentabilidade rompendo com fechamento imposto pela globalização econômica (LEFF, 2009).

Na visão da ONU, a sustentabilidade inclui os seguintes aspectos: conservação do solo, da água e dos recursos genéticos animais e vegetais, além de não degradar o ambiente, ser tecnicamente apropriado, economicamente viável e socialmente aceito (SOUZA, 2004).

As práticas denominadas sustentáveis, não podem ser postas em prática sem antes ocorrer mudanças nos determinantes socioeconômicos que determinam o que é produzido, como é produzido e para quem é produzido. Estas novas estratégias devem abordar dimensões tecnológicas, sociais e econômicas. A aplicação destas estratégias pode fazer frente aos fatores que determinam a crise ambiental na agricultura (ALTIERI, 2004).

As práticas sustentáveis variam dependendo do espaço econômico e político de seus participantes (MOREIRA, 2007).

Note-se, no entanto, que esses meios estão vinculados ao grau de rigidez institucional apresentado tanto pelo progresso tecnológico quanto pelo científico, sobre o qual se sustenta a racionalidade econômica, visando à incorporação das condições do desenvolvimento sustentável (LEFF, 2010).

Neste recorte, considerando que a cada novo momento tudo muda, nascem novas empresas, produtos são lançados e outros aperfeiçoados, a fim de potencializar a economia, este efeito do processo civilizatório tem resultado em um marco do desequilíbrio do desenvolvimento, atingindo, principalmente, o viés ambiental, sem importa-se com o social, no qual, o homem tem experimentado a repercussão de suas ações das últimas décadas. É necessário que ocorra a simetria deste tripé (ambiental, econômico e social) para que haja um equilíbrio com a sociedade (PEREIRA et al., 2012).

Para Boff (2017), é importante que todos entendam que a sustentabilidade global é extremamente necessário e só será viável quando houver o consumo sensato dos recursos não renováveis e tempo suficiente para a natureza os recupere. Sendo assim, a sustentabilidade se destaca por possibilitar o desenvolvimento de novas habilidades, implantação de novos processos, criação de produtos, além de novas capacidades tecnológicas (LOURENÇO; CARVALHO, 2013).

Outros enfoques necessários para a melhoria da sustentabilidade, tanto para os agricultores, bem como para a sociedade como um todo, é a educação, que possibilita a capacidade de desenvolver a percepção, em especial das gerações futuras, que são as crianças (DE FREITAS REIS; LIMA; DESIDERIO, 2018).

Vale evidenciar que ao se desenvolver e fortalecer a agricultura familiar, estará fortalecendo a sustentabilidade do ambiente, os agricultores, e a sociedade local, regional e nacional (RIBEIRO, 2018).

## **6. O papel da agricultura familiar no desenvolvimento regional em Novo Remanso**

De acordo com Mendes (2005), o agricultor familiar utiliza uma combinação de diferentes fontes de renda e trabalho, combinando espécies e variedades dos vegetais, juntando os saberes e conhecimentos construídos e aprendidos pela família ao longo da formação cultural dos seus descendentes. Isso torna-se essencial para garantir a própria reprodução dessas unidades familiares.

Como uma característica das famílias envolvidas na agricultura familiar, os agricultores da vila de Novo Remanso demonstram que sua renda é composta por diferentes fontes.

As principais atividades de acordo com seu grau e importância desenvolvida nas propriedades dos agricultores estabelecem uma complexa relação sociedade-ambiente, permitindo a reprodução social (Figura 5).

**Figura 5:** Principais atividades produtivas desenvolvidas pelos agricultores em torno de Novo Remanso



A relação sociedade-ambiente nas comunidades é baseada em saberes e habilidades que possuem uma ampla relação com a natureza, percebida em seu modo de vida por meio do uso de práticas ancestralmente transmitidas que lhes permitem ser versáteis no desenvolvimento de atividades produtivas, historicamente determinadas pelo desenvolvimento populacional tradicional da região (DA SILVA; DE BRITO, 2021; CHAVES; LIRA; SILVA, 2001; FRAXE, 2004; RODRIGUES et al., 2001).

Estudos feitos por Noda et al. (2007) e Fraxe (2004) apontam que é no sítio, terreiro ou quintal localizados próximos as moradias que o produtor rural cultiva diferentes espécies de hortaliças e é também nesses locais que são criados animais de pequeno porte, os currais, chiqueiros, galinheiros, sendo essas atividades manejada pela união familiar.

Os tamanhos das propriedades variam em média entre 1,4 a 1,7 hectares, administradas pelo próprio produtor e seu núcleo familiar (Tabela 1). Tais características reforçam que nesta região é desenvolvida a agricultura familiar, de acordo com a Lei nº 11.326, de 24 de junho de 2006 (BRASIL, 2006), que considera o agricultor familiar ou empreendedor como aquele que pratica atividades no meio rural e atende conjuntamente aos

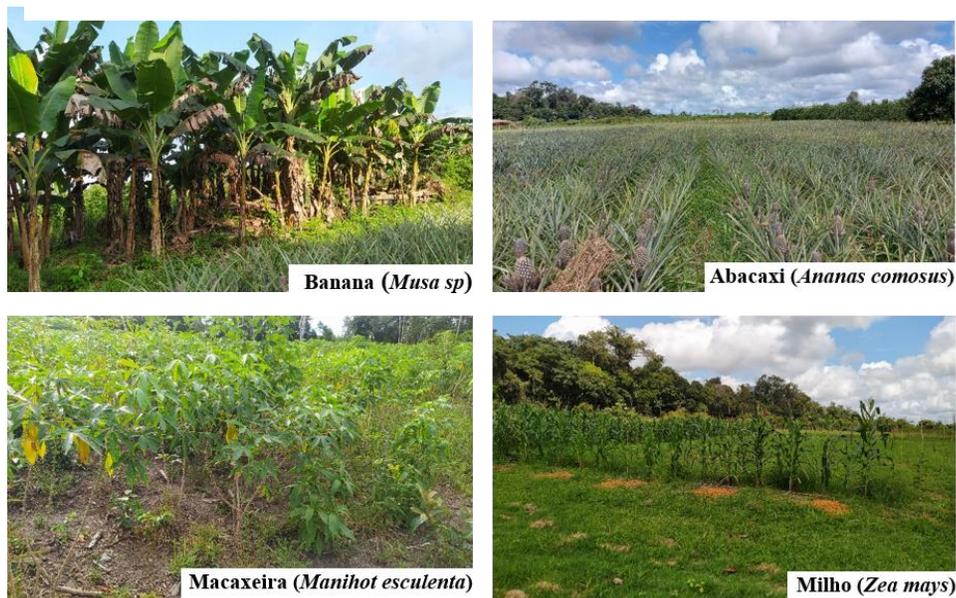
seguintes requisitos: área que não ultrapasse 4 (quatro) módulos fiscais, que utilize predominantemente mão-de-obra da própria família nas atividades trabalhistas e renda familiar proveniente das atividades da agricultura familiar (VIEIRA; BERNARDO; LOURENZANI, 2015).

**Tabela 1:** Tamanho das propriedades (ha)

Tamanho médio da propriedade	Mão de obra		Origem da renda		Gestão da propriedade
	Familiar (%)	Individual (%)	Agricultura (%)	Outros (%)	
1,4 a 1,7 hectare	100		59	41	100

Na região estudada, o desenvolvimento da agricultura ocorre principalmente em terra firme, no subsistema roça, que é mais utilizado para o cultivo de mandioca e de outras espécies frutíferas, localizados em espaços próximos ou distantes da residência (Figura 6).

**Figura 6:** Algumas espécies cultivadas pelas unidades familiares



Terra é sinônimo de vida e trabalho e não há dúvidas que os agricultores familiares vêm trabalhando incansavelmente para alcançar uma vida digna no campo. Por meio das diferentes culturas cultivadas, buscam estratégias como a diversificação, para a geração de renda (ALMEIDA; KUDLAVICZ, 2011).

Para Noda et al. (2007), no sistema de produção da população amazônica, a roça é o principal componente que fornece alimentos para o sustento diário da família. Em geral, as

principais plantas cultivadas são a mandioca (*Manihot esculenta*) e a banana (*Musa sp*), outras são cultivadas de forma consociada, prática comum que caracteriza o plantio tradicional comumente realizado nos dias atuais pelos agricultores de Novo Remanso, de acordo com a (Tabela 2).

**Tabela 2:** Principais produtos desenvolvidos nas propriedades dos agricultores familiares tradicionais de Novo Remanso

Produtos	F.a	F.r (%)
Abacaxi ( <i>Ananas comosus</i> )	18	22,78
Maracujá ( <i>Passiflora edulis</i> )	9	11,39
Mandioca ( <i>Manihot esculenta</i> )	8	10,12
Melancia ( <i>Citrullus lanatus</i> )	2	2,5
Milho ( <i>Zea mays</i> )	2	2,5
Banana ( <i>Musa sp</i> )	5	6,3
Cupuaçu ( <i>Theobroma grandiflorum</i> )	2	2,5
Laranja ( <i>Citrus sinensis</i> )	3	3,7
Açaí ( <i>Euterpe oleracea</i> )	2	2,5
Graviola ( <i>Anona muricata</i> )	3	3,7
Tomate ( <i>Solanum lycopersicum</i> )	3	3,7
Mamão ( <i>Carica papaya</i> )	1	1,2
Tucumã ( <i>Astrocaryum aculeatum</i> )	2	2,5
Hortaliças	6	7,5
Pimenta cheirosa ( <i>C. chinese 'Adjuma'</i> )	5	6,3

**\*O entrevistado pode assinalar mais de uma alternativa**

Verifica-se que, apesar de os agricultores cultivarem uma variedade de produtos, o abacaxi (*Ananas comosus*) 22,78%, maracujá (*Passiflora edulis*) 11,39% e a mandioca (*Manihot esculenta*) 10,12%, destacam-se como cultivos mais citados para eles. Essa diversificação no plantio é essencial para a reprodução dos agroecossistemas.

Isso possibilitou o conhecimento das espécies e quais meses do ano os agricultores obtém renda com esses cultivos, conforme pode ser visto na (Figura 7). Percebe-se a importância e preferência do abacaxi (*Ananas comosus*), maracujá (*Passiflora edulis*), mandioca (*Manihot esculenta*), banana (*Musa sp*), tomate (*Solanum lycopersicum*) e hortaliças, que possibilita um valor econômico a esses agricultores mensalmente.

**Figura 7:** Principais espécies de interesse dos agricultores familiares

Cultivo	JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ
Abacaxi												
Maracujá												
Mandioca												
Melancia												
Macaxeira												
Milho												
Banana												
Cupuaçu												
Laranja												
Açaí												
Graviola												
Tomate												
Mamão												
Tucumã												
Hortaliças												
Pimenta de cheiro												

O calendário agrícola pode ser definido por uma série de eventos agrícolas periódicos consecutivos, por esse ângulo, é uma espécie de orientação decolonial guiado pela capacidade da comunidade de desenvolver os saberes, conhecimento e prática, garantindo o sustento com seus cultivos locais.

Os agricultores em questão, manejam seus produtos agrícolas em suas propriedades com base nas experiências adquiridas das gerações passadas, ou seja, os conhecimentos tradicionais. Os agricultores baseiam-se no calendário agrícola para planejar e executar as atividades como preparo e limpeza do terreno, realizados de maio a setembro, período este

chamado de “seca”, pois é o menos chuvoso. Em geral, a adubação acontece entre os meses de janeiro a março e maio a junho, podendo ser realizada em outros meses do ano, dependendo da fertilidade do solo. O plantio dos cultivos, geralmente é feito nos primeiros meses do ano que compreende de janeiro a maio, por conta das chuvas, com exceção da melancia (*Citrullus lanatus*) que é feito nos meses de agosto e setembro. A capina e a roçagem por sua vez, ocorrem ao longo do ano entre os meses de fevereiro, março, junho, julho, outubro, novembro e dezembro, em contrapartida a poda e o desbaste são realizados habitualmente de janeiro a dezembro. A colheita é realizada durante todos os meses do ano.

É preciso ressaltar que, embora o Estado brasileiro reconheça em parte a importância socioeconômica da agricultura familiar no território nacional, principalmente a partir da implantação do PRONAF, males como as desigualdades sociais, a privação de renda e a vulnerabilidade social ainda continuam a afetar muitas unidades produtivas familiares agrícolas (HESPANHOL, 2013; SCHNEIDER; CASSOL, 2014).

Durante a aplicação dos formulários e a realização das entrevistas abertas, observou-se a falta de políticas públicas voltadas ao atendimento de serviços básicos, como educação e saúde, e em específico de assistência técnica, linhas de crédito e financiamentos e outros auxílios que atendam ao pequeno produtor rural. E quando perguntados se recebem algum incentivo das entidades presentes na vila, fica notório o descaso com a infraestrutura e a falta de incentivo à agricultura familiar, destaca-se algumas das respostas dos entrevistados:

“Regular, quase não ouço falar (D.S, 30 anos);

Péssimo, só dão assistência para as famílias “ricas” (A.M, 37 anos);

Ruim, pois não recebo nenhum auxílio (M.E, 42 anos)”

Segundo Erazo, Silva e Costa (2020), este panorama é comum na região amazônica, na qual os agricultores têm pouco acesso à assistência e informações técnicas, o que permitiria potencializar a produtividade dos roçados e da manufatura de produtos, além de ser baixo o engajamento da categoria em sindicatos e associações, privando o alcance de melhores condições de trabalho e apoio técnico.

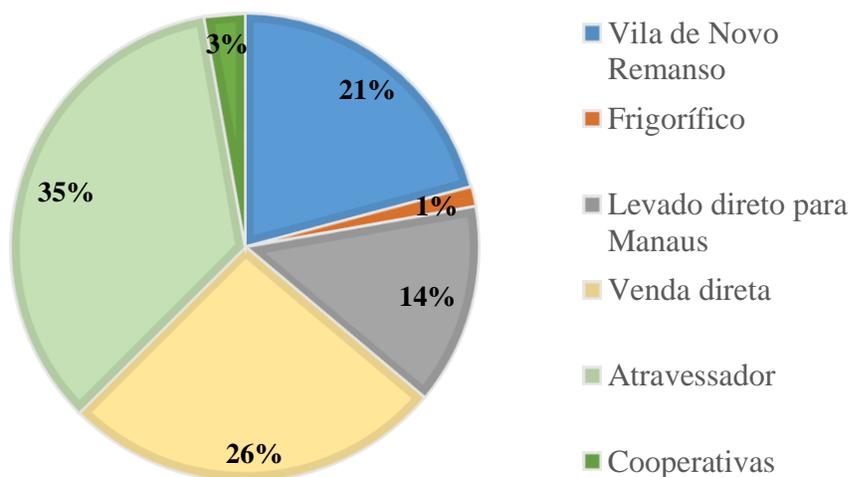
Diante disso, fica evidente a afirmação de Abramovay (1998) quando diz que o agricultor familiar ainda precisa lidar com questões antigas que nunca foram resolvidas, tendo como exemplo a infraestrutura, ainda considerada uma atividade fragilizada.

Portanto, cabe ao município de Itacoatiara tomar medidas para que possam melhorar as condições de vida na vila de Novo Remanso, incluindo não somente a comunidade e os moradores, mas também os agricultores de outras localidades.

Com relação ao modo de comercialização da produção por parte dos agricultores, esta é feita de forma individual ou coletiva e, há uma diversidade de canais, de acordo com o Gráfico 1. Destacam-se o atravessador 35% e venda direta 26%, respectivamente.

Pode-se perceber que esses pequenos agricultores dependem do intermediário (popularmente conhecido como atravessadores), onde a grande maioria se aproveita da falta de conhecimento e articulações, comprando a produção por preços baixos. Outro problema em questão é a falta de apoio das cooperativas ou associações, que não tem como objetivo a comercialização coletiva dos produtos, e quando ajudam, é somente a obtenção de recursos para o desenvolvimento das atividades.

**Gráfico 1:** Canais de comercialização dos produtos dos agricultores familiares



**\*O entrevistado pode assinalar mais de uma alternativa**

A inclusão da produção em larga escala dos agricultores no mercado ainda é um desafio que está longe de ser superado, dentre os problemas relatados por eles está a falta de apoio do IDAM e demais cooperativas, o pequeno percentual de agricultores que comercializam sua produção via cooperativas 3% reforça isto, e esta poderia ser um excelente viés para obterem ganhos. De acordo com Noda (2007), uma organização voltada para a

comercialização poderá fortalecer as relações entre o mercado e os agricultores, eliminando assim os gargalos na produção, que é a essa dependência dos intermediários.

Outro ponto é a logística adequada para o armazenamento e transporte dos cultivos, uma que a grande maioria não possui acesso a frigoríficos e caminhões e assim, acabam não conseguindo comercializar sua produção de forma mais eficaz.

Para Caume (1997), os agricultores familiares enfrentam inúmeros problemas e tais dificuldades deve-se a um conjunto de fatores como exclusões relacionadas as facilidades de crédito, condições precárias para comercialização dos produtos, assistência técnica insuficiente e até mesmo baixa formação escolar e profissional dos produtores.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

A agricultura familiar, mesmo diante dos desafios no Brasil, tem superado e desenvolvido novos olhares, ressaltando que esta luta dos agricultores não é nova, sempre acompanhou o desenvolvimento da sociedade brasileira. Logo, descrever o território, no qual se desenvolve a agricultura familiar na vila de Novo Remanso, permitiu observar as relações sociais, econômicas e ambientais que são estabelecidas a partir das práticas agrícolas.

A diversidade de atividades desenvolvidas no entorno, contribui de forma significativa para a segurança alimentar dos núcleos familiares e da comunidade de forma geral, a medida que se conjectura o campo a partir das múltiplas dimensões e funções da existência humana, muitas vezes ele deixa de ser descrito como símbolo do atraso, espaço social carente de modernização e superado pelo irrevogável processo de urbanização e passa a ser reconhecido como um ambiente heterogêneo e necessário para a sociedade de forma geral, uma vez que apresenta em suas raízes um conjunto de bens públicos e privados que decorrem de suas dinâmicas territoriais únicas envolvendo recursos naturais, atores sociais e instituições. Com isso, a agricultura familiar adquiriu posição central como parte essencial da produção social que mantém a multifuncionalidade do espaço rural.

A produção agrícola na vila de Novo Remanso é diversificada, com dupla finalidade: comercialização e autoconsumo. Tal prática tem-se mostrado capaz de fornecer aos agricultores mecanismos para geração de renda tendo como principal característica a mão de obra familiar, que proporciona meios para a exequibilidade da comercialização e interação dos produtos com a economia de mercado, garantindo assim, um retorno financeiro e o sustento da família.

O fortalecimento da agricultura familiar na região amazônica, em especial na vila de Novo Remanso, levaria não só a um desenvolvimento do setor rural, como também a construção das bases locais sustentáveis da agricultura. Em vista disso, admite-se que a agricultura familiar requer parcerias com outros setores da sociedade que lutam pela transformação social. Um grande desafio para os movimentos sociais é, portanto, pensar como avançar diante do conflito em termos de lugares e suas relações, considerar a sociedade como um todo e buscar a superação dos mecanismos de controle e dominação do sistema capitalista, sendo assim, a luta precisa ser pautada pela emancipação e pelo diálogo humano autêntico que substitua a cultura desumanizadora do silêncio e empodere

e capacite o sujeito para enfrentá-la. No entanto, a ausência de políticas públicas voltadas para este seguimento ainda afeta diretamente a vida desses agricultores.

Para chegar a essas conclusões, um itinerário foi percorrido. No capítulo I, apresentou-se a agricultura familiar de Novo Remanso numa perspectiva mais ampliada, não olhando somente os aspectos produtivos da agricultura, mas procurando destacar aspectos que são relevantes no contexto do agricultor, para tanto, reconhece-se a importância de organizar a agricultura familiar através dos movimentos sociais no sentido de resistência, luta, reconhecimento, valorização e melhores condições de vida.

As dificuldades enfrentadas por esses agricultores para a comercialização dos seus produtos, demonstram que esse setor clama pelo apoio do Estado, não somente em questões financeiras, mas também técnico e organizacional, tendo em vista que esses movimentos sociais, políticos e culturais que justificam uma identidade coletiva baseada em interesses comuns, como resultado do princípio da solidariedade compartilhados pelo grupo, além de dar sustentação econômica, social, ambiental e cultural para a produção familiar.

Ao longo dos anos, a agricultura familiar destaca-se como vedeta na conjuntura e formação de espaços rurais, principalmente pela sua vivacidade de trabalho. Sobre o prisma arbitrário de estudos futuristas destaca-se a possibilidade de comparar as políticas públicas voltadas para a agricultura em diferentes municípios, como o potencial de novos empreendimentos e a valorização das atividades sustentáveis, verificando como são estruturadas e implementadas com os beneficiários, além de estudar os mecanismos que poderiam ser implementados para fortalecer este segmento tão necessário para o setor econômico e social.

## **CAPÍTULO II – A AGRICULTURA FAMILIAR E ESTRATÉGIAS DE CONSERVAÇÃO NAS LOCALIDADES DE NOVO REMANSO: FAMÍLIA, TRABALHO E SABER**

Na história da Amazônia, ocorreram diferentes formas de intervenção no desenvolvimento da região e por conseguinte no arquétipo de agricultura. Tais intervenções ocorreram principalmente por meio de estratégias de desenvolvimento para Amazônia, conforme a dinâmica do cenário nacional. Essas estratégias vieram, principalmente pelo poder de políticas que fomentaram a expansão do capital nas fronteiras agrícolas da região, acarretando um movimento populacional nacional, que influenciou direta e indiretamente na formação sócio-histórica da região e no arquétipo de desenvolvimento da agricultura familiar pelos produtores tradicionais em comunidades ribeirinhas (PONTES, 2015).

Martins (1980) destaca que a Amazônia passou a ser compreendida, sobretudo pelos militares e tecnocratas, como um deserto a ser ocupado, para fundamentar medidas governamentais fadadas a promover a ocupação da região. Contudo, o mesmo autor ressalta que a região nunca foi um vazio demográfico, mas, um espaço já ocupado em outros momentos e conjunturas da história. Para o autor, na Amazônia não estava ocorrendo uma nova forma de conquista do território, mas sim, uma outra forma de ocupação que vem de fora dos centros econômicos e politicamente hegemônicos da sociedade brasileira que eram elaborados através de planos de desenvolvimento para a região (MARTINS, 1980).

Nesta perspectiva, a política de desenvolvimento proposta para a Amazônia no período dos governos militares proporcionou uma acelerada transformação no desenvolvimento regional. Neste cenário, a década de 70 foi marcada pela política agrícola nacional favorecendo a modernização conservadora e, assim, a agricultura familiar ficou esquecida, tendo em vista que não satisfazia a perspectiva do sistema capitalista com produção em alta quantidade para atender sobretudo o mercado exterior. As consequências desse processo foi o êxodo rural e a crescente proletarianização dos produtores rurais, sem uma efetiva reforma agrária, sendo substituída com projetos de colonização de fronteiras agrícolas no Norte e Centro-Oeste (CHAVES; LIRA; SILVA, 2001).

Para Serra et al. (2004) de modo geral, a trajetória histórica das políticas públicas desenhadas para a região amazônica, especialmente em relação à esfera econômica atestam que não conseguiram promover uma ocupação espacial eficiente e organizada na região. Por

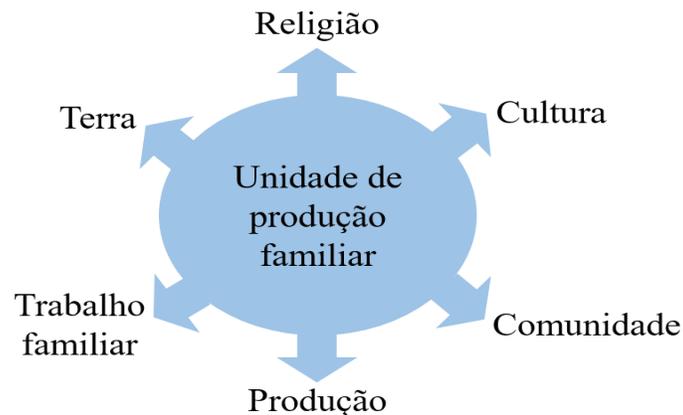
outro lado, é necessário reconhecer que os investimentos em infraestrutura de alguns programas de integração da região contribuíram para a redução distancias da Amazônia com outras regiões do Brasil. No entanto, o resultado desse processo foi uma exploração predatória dos recursos naturais e agravamento das disparidades sociais, com promoção de mudanças significativas no modelo de vida da população local.

Hoje, a região amazônica é ocupada por várias etnias e outros segmentos sociais, historicamente constituídos a partir dos vários processos de colonização e miscigenação pelos quais passou a região. Nesse processo de convergência há contribuições, principalmente na agricultura, entretanto, vale salientar que a base dos conhecimentos dos seguimentos tradicionais das populações na Amazônia, constituem-se na importante contribuição dos indígenas, especialmente nos modos de reprodução das formas de trabalho, organização sociopolítica e cultural fundamentais para sobrevivência (CHAVES; LIRA; SILVA, 2001; RODRIGUES et al., 2001).

Autores como Chaves, Lira e Silva (2001), Morin (1999) e Rodrigues et al. (2001) apontam que os grupos étnicos diferentes oportunizou a formação de diferentes segmentos sociais na região, tendo como exemplo os ribeirinhos, extrativistas (seringueiros, castanheiros, caucheiros), pescadores, agricultores, entre outros.

Na Amazônia, a agricultura familiar baseia-se nas habilidades e técnicas necessárias para usar e manejar a diversidade dos recursos naturais. Esses sistemas foram adquiridos com contribuições de diferentes agentes sociais no decorrer do processo sócio-histórico e asseguram, principalmente, condições favoráveis à reprodução socioeconômica e cultural das unidades familiares de produção (CHAVES; LIRA; SILVA, 2001; RODRIGUES et al., 2001; NODA, 2007; CASTRO, 1998).

De acordo com Schneider (2008), os agricultores familiares compartilham entre si códigos de conduta, valores e normas regidas pelo costume e tradição. Uma vez que o parentesco, a reciprocidade e a endogamia são fortes. Para o autor nada identifica mais a organização da unidade familiar do que o trabalho, a família, a honra e a religião (Figura 8).

**Figura 8:** Unidade de produção familiar

Fonte: Schneider (2008)  
Org.: ALMEIDA, 2023

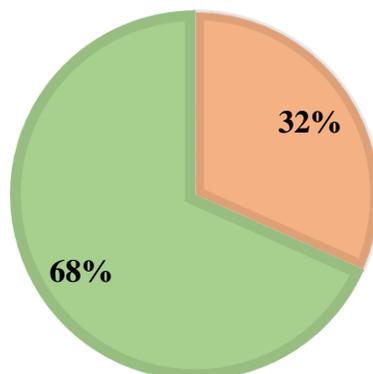
Para Mendes (2005) e FAO/INCRRA (1996), nas nuances da agricultura familiar, encontra-se a família relacionada ao trabalho e as questões de ordem econômica, cultural, ideológica e de parentesco. Incluindo, ainda, uma relação com o território e com a comunidade na qual estão inseridas. Para Venâncio (2008), além das particularidades econômicas, os agricultores familiares portam aspectos culturais que lhes são próprios, passados de pai para filho, atravessando gerações a gerações, fazendo com que essas unidades produtivas sejam territórios de vida e de reprodução da família.

Nesse sentido, é necessário para o desenvolvimento da agricultura familiar em nossa região entender que as políticas socioambientais devem levar em conta as particularidades relacionadas ao estilo de vida da população local, e que os conhecimentos já construídos sejam integrados (BONNAL; MALUF, 2009).

### **1. Agricultura familiar na localidade de Novo Remanso**

Na Amazônia, a agricultura apresenta um histórico de composição resultante de diferentes culturas, dentre elas indígenas e nordestinas que ocorreram com o surgimento da produção da borracha. As atividades agrícolas são desenvolvidas por pessoas da região e outras que migram de diferentes localidades do Brasil, muitas vezes em busca de melhores condições de trabalho (CHAVES; LIRA; SILVA, 2001; RODRIGUES et al., 2001; BENCHIMOL, 1999). Na área de estudo, a agricultura familiar é desenvolvida por produtores que apresentam as seguintes características.

A população é heterogênea (Gráfico 2), constatou-se que todos os agricultores nasceram no estado do Amazonas, entretanto, 68% são naturais de comunidades rurais como Paraná da Eva, São Raimundo (Curuçá), Costa da Conceição, entre outras e municípios vizinhos como Itacoatiara, Maués, São Sebastião do Uatumã, Borba e Autazes.



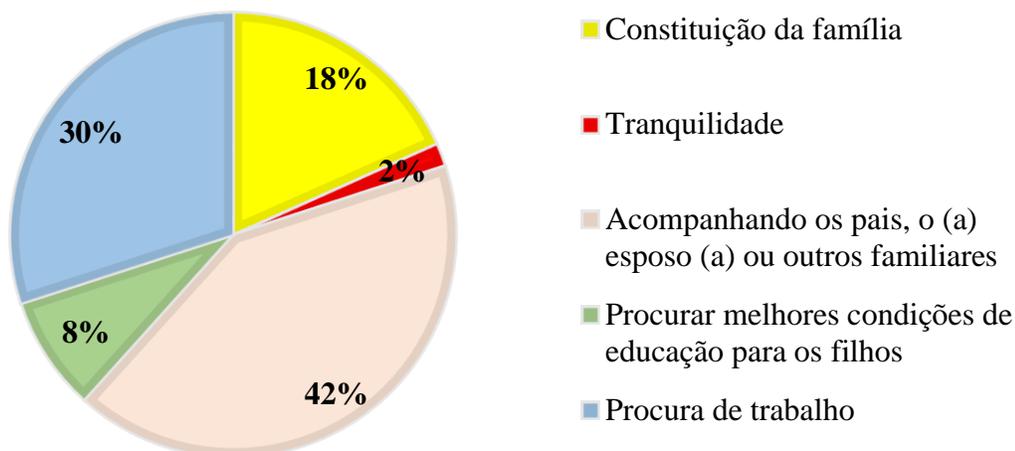
■ Nasceu em Novo Remanso ■ Não nasceu em Novo Remanso

Esses dados apontam que apesar de apenas 32% dos entrevistados terem nascidos na vila de Novo Remanso, grande parte desses, nasceram em torno da região. Esta realidade torna-se importante, especialmente, quando são considerados os fatores culturais, pelas afinidades que no decorrer do tempo são adquiridas pelas peculiaridades regionais, nas formas de relações sociais e reprodução das atividades, incluindo o trabalho na agricultura. Isto mostra que a vila de Novo Remanso apresenta uma diversidade étnica.

Para corroborar com os dados acima, o mapa de migração (figura 9) demonstra o fluxo de movimentos migratórios dentro do próprio território do estado do Amazonas e que ajudaram na formação da identidade social da comunidade. Segundo Becker et al. (2014), a migração é um fenômeno que os humanos vivenciam desde os tempos antigos. Percebe-se que os movimentos migratórios são tão antigos quanto o homem, e que a migração se revela como algo que constitui a condição humana ao proporcionar desenvolvimento e adaptação, não só biológico, mas também a diferentes situações ambientais e sociais, a partir da interação sociedade e ambiente e diferentes contextos sociais.

**Figura 9: Mapa de migração**

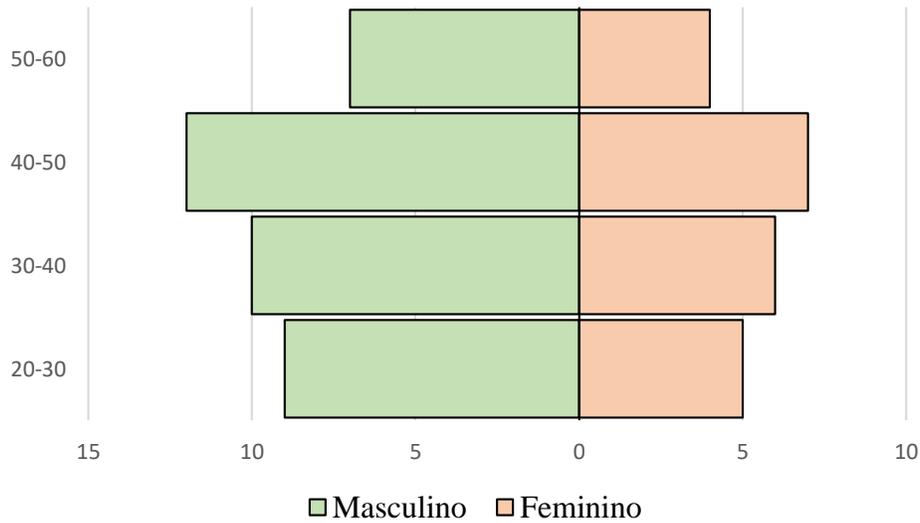
Morin (1999), Chaves, Lira e Silva (2001) e Rodrigues et al. (2001), ressaltam que as populações amazônicas são originadas do processo de miscigenação, e possuem uma forte afirmação da sua identidade social, política e cultural, no aprimoramento dos saberes e conhecimentos tradicionais, principalmente do uso dos recursos naturais no desenvolvimento das práticas produtivas, sobretudo nas técnicas da agricultura. Inúmeros são os motivos do deslocamento do seu local de nascimento (Gráfico 3).



Dentre os motivos apontados, 42% dos agricultores afirmam que se deslocaram à Novo Remanso acompanhando os pais, esposo/esposa e, familiares; 30% à procura de trabalho; 18% por constituição da família; 8% em busca de melhores condições de educação para os filhos (as) e 2% por questões de tranquilidade.

De acordo com De Gaudemar e Do Rosário Quintela (1977), o deslocamento espacial ocorre por inúmeros motivos, sendo os principais: a composição familiar, a escolaridade e a mão-de-obra. Os dados obtidos nesta pesquisa corroboram com a ideia dos autores, no que diz respeito à mobilidade dos moradores de Novo Remanso.

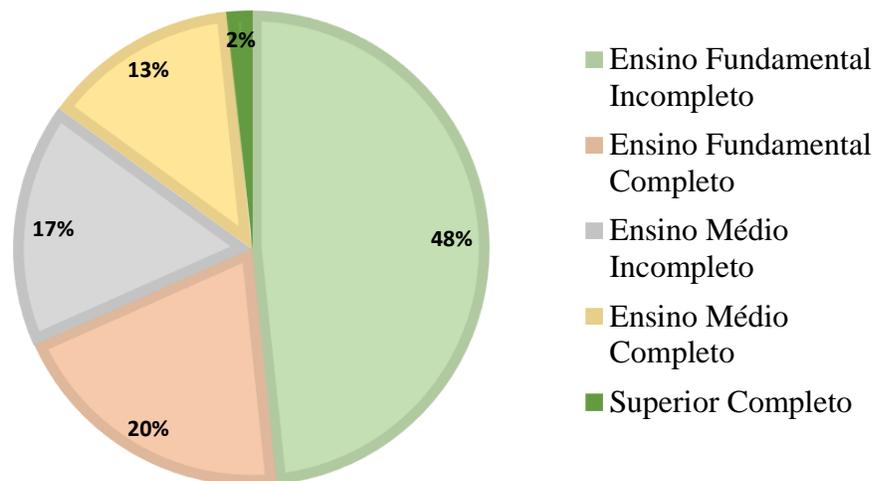
Na região estudada, com relação à faixa etária dos agricultores, observou-se uma leve predominância de homens chefiando as unidades de produção (Gráfico 4). No entanto, também houve uma participação expressiva de mulheres que se declararam chefes de família. O que destaca o protagonismo das mulheres no trabalho e no auxílio à manutenção de suas famílias. Nas comunidades, as mulheres cuidam da saúde, preparam a comida dos demais familiares e realizam outras funções domésticas (MACHADO, 2007), mas também podem contribuir para a reprodução social da família por meio da agricultura e do extrativismo (DE OLIVEIRA, 2012), conforme observado neste estudo. É comum na agricultura familiar a participação ativa das mulheres na produção, colheita e comercialização dos produtos, permitindo-lhes aumentar sua renda e autonomia econômica (DA SILVA; DE MEDEIROS; HESPANHOL, 2019).



Os dados apontam que a maior parte dos agricultores possui entre 40 a 50 anos, esse fato mostra o arsenal de experiências e saberes adquiridos em diferentes gerações, adaptando-se e criando oportunidades de desenvolver as atividades agrícolas e garantir a troca de conhecimentos e saberes de pai para filho.

Para Da Silva e De Brito (2021) e Rodrigues et al. (2001), o acúmulo de saberes tradicionais transmitidos por diferentes gerações, somados às experiências frente aos desafios e possibilidades criadas pelo dia a dia no desenvolvimento das atividades produtivas capacitou-os a produzir e reproduzir um estilo de vida adaptado.

Com relação ao nível de escolaridade dos entrevistados, conforme o Gráfico 5, 48% possuem apenas o ensino fundamental incompleto, 20% chegaram até o ensino fundamental completo, 17% não chegaram até o ensino médio completo, 13% conseguiram terminar o ensino médio e apenas um 2% tem o ensino superior.



Percebe-se que a maioria dos entrevistados possui baixa formação escolar, quadro que, de acordo com Castro (2009), é uma realidade muito presente no cenário das populações rurais de diversas regiões do país, principalmente nas regiões norte e nordeste. Essa característica retrata um grau de abandono no qual as populações rurais estão submetidas, visto que, por ser distante ou pelas adversidades encontradas, as instituições de ensino não conseguem chegar até as populações rurais, e nessa conjuntura, ou se estuda pouco ou não se estuda (DE FREITAS; DE FARIAS; VILPOUX, 2011).

Baptista (2003), ao analisar a educação pública no campo brasileiro, ressalta-se a importância da melhoria da infraestrutura escolar rural, lembrando que seu papel político é a questão principal e deve ser pautado por arquétipos de desenvolvimento incluyente e sustentável.

Em Novo Remanso, as famílias variam entre 01 ou acima de 06 pessoas morando na mesma casa, variando entre cônjuges, filhos (as), sobrinhos (as) e outros agregados (Tabela 3).

**Tabela 3:** Número de membros residentes no domicílio dos entrevistados

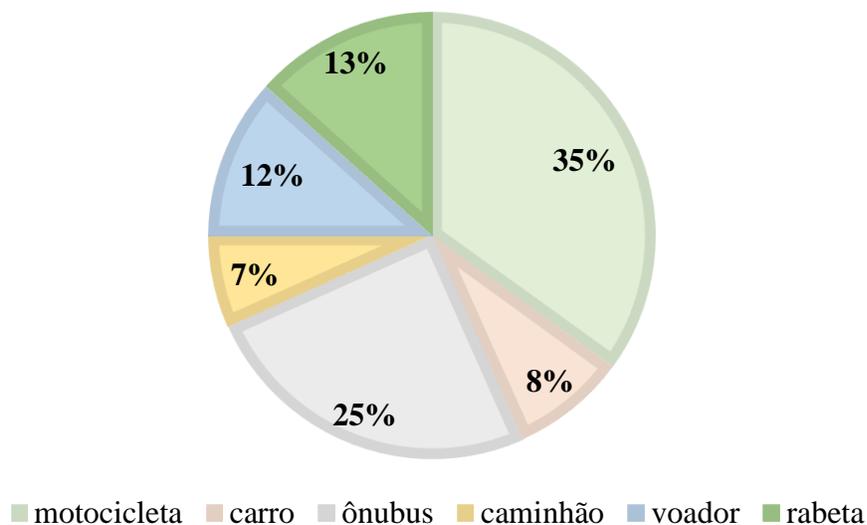
Nº de membros	F.a	F.r (%)
01 a 02	08	13,3
03 a 04	21	35
05 a 06	18	30
acima de 06	13	21,7
Total	60	100

Nesta abordagem, evidencia-se que o conceito de família é entendido a partir da dimensão da relação estabelecida pelos entrevistados, que de acordo com Chaves, Lira e Silva (2001), cada unidade familiar é construída como grupo doméstico, que se caracteriza não apenas pelos membros consanguíneos, mas por todos aqueles que compartilham o espaço familiar, o convívio comum e os vínculos afetivos que surgem associados aos esforços de trabalho que desenvolvem em conjunto principalmente no desenvolvimento da agricultura.

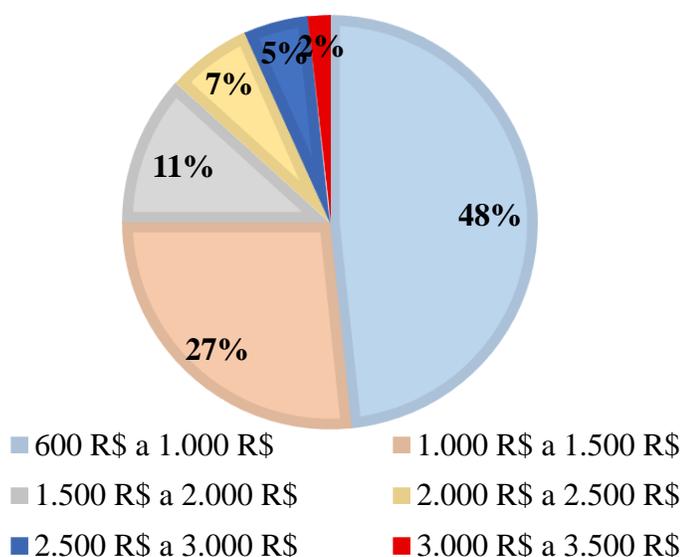
Os meios de transporte utilizados na vila de Novo Remanso são variados, devido aos diferentes usos a quais são atribuídos. O gráfico 6 mostra que o meio de transporte mais utilizado é a motocicleta 35%, por ser mais acessível em relação ao valor de compra e para os deslocamentos na vila, seguido pelo ônibus 25%, no qual utilizam para se deslocarem até cidades próximas como Itacoatiara e Manaus. Poucos agricultores possuem carros, o caminhão geralmente é utilizado para o transporte da produção, no entanto é privilégio de poucos. O voador e o rabeta são utilizados para o transporte de mercadorias e para o deslocamento dos agricultores pelos rios.

A infraestrutura de acesso aos ramais e estrada vicinais carece de apoio por conta das condições precárias, o que dificulta ainda mais o deslocamento dos agricultores e consequentemente dos produtos a serem comercializados.

**Gráfico 6:** Meios de transportes

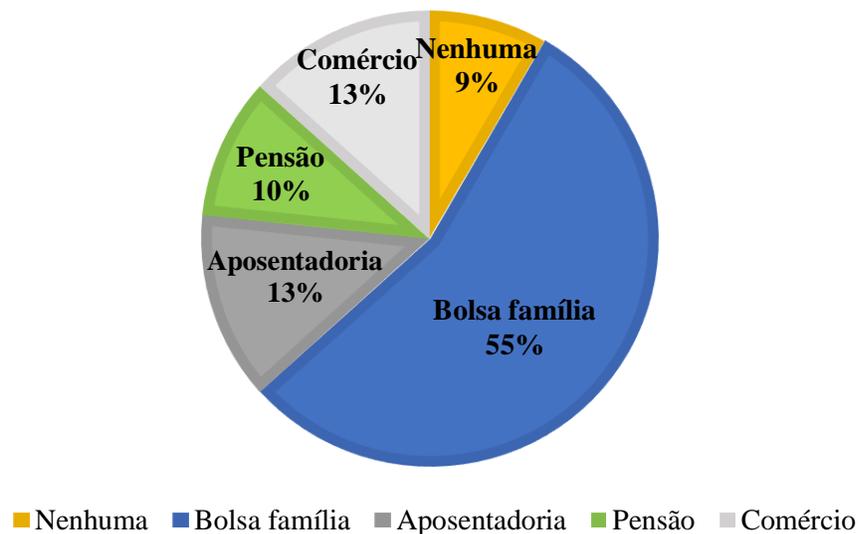


Para analisar a renda dos agricultores foi separado em valores de (600,00 R\$ a 3600,00 R\$) mensais, isso é equivalente a  $\frac{1}{2}$  salário mínimo a 3 três salários mínimos mensais. No geral, dos agricultores entrevistados, 48% vivem com a renda mensal de menos de um salário mínimo, seguido do grupo que recebe mais de um salário mínimo 27%, uma pequena parcela 11% varia entre 1.500 a 2.000 R\$, 7% alcançam uma renda de até 2.500 R\$, 5% já apresentaram uma renda mensal variando entre 2.500 R\$ a 3.000 R\$ e como destaque somente um agricultor 2%, apresentou renda maior que dos demais, conforme o gráfico abaixo (Gráfico 7).



Diversos estudos apontam que as atividades agropecuárias não são a única fonte de renda existente entre os agricultores, no entanto, não deixa de ser fundamental, visto que é a principal fonte de renda (HESPANHOL, 2013).

Nessa conjuntura, os agricultores também foram perguntados sobre as principais composições de renda, de acordo com o (Gráfico 8). A distribuição ficou da seguinte forma, bolsa família 55%, aposentadoria 13%, comércio 13%, pensão 10% e os que não possuem nenhuma outra fonte de renda a não ser a agricultura 9%. Isso nos faz refletir sobre a importância deste programa para os agricultores de Novo Remanso.



Entre os programas sociais implementados no Brasil, o Programa de Transferência de Renda Bolsa Família tem maior eficácia na redução dos índices de desigualdade social quando comparados aos índices de redução da pobreza. Isso porque o recurso é destinado para a população em situação de vulnerabilidade econômica, enquanto que o menor impacto no índice da redução da pobreza resulta do baixo valor monetário recebido (BICHIR, 2010).

Os agricultores tradicionais têm amplo conhecimento das plantas e do manejo ambiental (PERONI et al., 2008). A construção do conhecimento sobre os recursos naturais é fruto da produção baseada na memória biocultural, sua disseminação por experiência pessoal direta e seu uso é validado por sua relevância cotidiana nos sistemas de reprodução social (TOLEDO; BARRERA-BASSOLS, 2008).

Nota-se esse conhecimento nos agricultores, quando perguntados sobre a boa qualidade do solo para uma plantação. Destaca-se as seguintes falas:

“Quando o solo está mais poroso e fofo (T.M, 43 anos);

Quando pega com a mão a terra, se ela estiver solta, tá boa para o plantio (B.R, 47 anos);

Quando a planta começa a desenvolver mais rápido (A.D, 45 anos) ”

O conhecimento acumulado no contato dos seres humanos com os recursos naturais constantemente é denominado de conhecimento ecológico tradicional, termo que faz alusão, principalmente, à questão temporal da adaptação e transmissão desse conhecimento entre

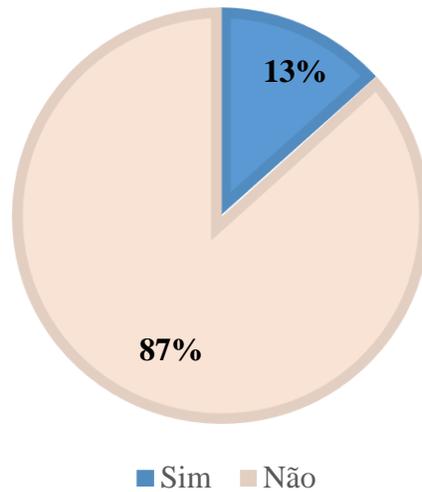
gerações (GADGIL; FOLKE, 1993). O termo conhecimento local também é utilizado para esse tipo de conhecimento, neste caso, enfatiza-se o aspecto espacial e seu caráter híbrido, pois surgiu a partir da combinação de elementos naturais, sociais e técnicos muito diversos (GUIVANT, 1997). O bioma amazônico possui a maior extensão de floresta tropical (350 milhões de hectares), abrangendo 7 milhões de quilômetros quadrados e contendo mais de 100 bilhões de toneladas de carbono (DAVIDSON et al., 2012). Neste vasto território existe uma diversidade biológica e cultural inigualável, com populações urbanas e rurais de diferentes origens, povos indígenas, quilombolas e comunidades ribeirinhas convivendo, concentradas na maior bacia hidrográfica e a maior reserva mundial de biodiversidade (BEZERRA; BEZERRA, 2007).

Nos últimos anos, a floresta amazônica vem sendo destruída significativamente e substituída por pastagens usadas para atividades pecuárias (REED; STRINGER, 2016). O desmatamento é, nesse contexto, o problema ambiental mais resistente na Amazônia, com graves consequência para a biodiversidade (PERES et al., 2010).

Estudos apontam que a magnitude da degradação da floresta Amazônica (ARAGÃO; SHIMABUKURO, 2010; SOUZA et al., 2013) e os impactos sobre a biodiversidade e os serviços ecossistêmicos (MOURA et al., 2013; BERENGUER et al., 2014) tem aumentado, além do desaparecimento de espécies da fauna e da flora e o incremento das emissões de carbono para a atmosfera pela degradação florestal em função do desmatamento (BERENGUER et al., 2014).

Diante de um histórico de degradação da biodiversidade amazônica, é preciso promover e adotar sistemas de produção sustentáveis que vinculem questões econômicas à conservação dos recursos naturais (LENCI et al., 2018). Para Guzmán e Navarro (1990), a preservação ambiental torna-se mais importante quando se reconhece que não é a natureza, mas a sociedade humana que está em risco de extinção.

Apesar da relevância de apresentar aos agricultores sobre a importância da conservação do ambiente, uma vez que eles são peças fundamentais, ainda é um assunto distante e pouco discutido neste âmbito. Quando perguntado aos agricultores se sabiam o que são estratégias de conservação, 13% afirmaram que sim e 87% afirmaram que não (Gráfico 9).

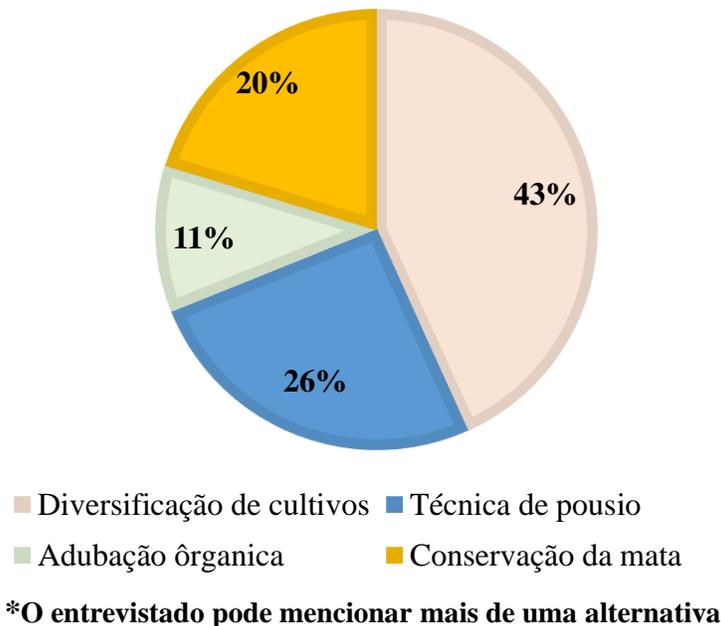


Para Mello et al. (2015), é necessário e importante o ensino de ciências no cenário da educação no campo, explorando novos caminhos pautados na agricultura de base ecológica, permitindo que o grupo estudantil, que poderão ser os futuros agricultores, compreendam e atribuam importância à prática social em temas ambientais, tendo como ponto de partida suas experiências de ensino/aprendizagem, construindo oportunidades socialmente equitativa e ambientalmente equilibrada.

O conceito de estratégia faz menção aos caminhos que devem ser percorridos para que, partindo de uma determinada situação, seja possível atingir um ou mais objetivos predeterminados, de maneira mais eficaz e eficiente possível, interligado a isso, entra a agroecologia como alternativa por uma agricultura voltada para a perspectiva ecológica.

No entanto, após uma breve conversa sobre o que são as estratégias de conservação e a agroecologia, e diante das informações, novamente foram perguntados sobre seus

conhecimentos e se por ventura utilizam algumas das estratégias mencionadas, e as respostas foram as seguintes, de acordo com o (Gráfico 10).



A seguir, serão apresentadas de forma aprofundada as estratégias de conservação utilizadas pelos agricultores norteados a partir do conhecimento tradicional. Durante as entrevistas, foram identificados diferentes estratagemas, a adoção dessas práticas está relacionada com a geração de renda, consumo e reprodução familiar, garantindo o bem-estar da família.

## 2. Diversificação de cultivos

A primeira estratégia e a mais citada 43% foi a diversificação de cultivos, uma prática que permite que dois ou mais cultivos sejam produzidas dentro da mesma área de uma unidade de produção. Isto promove o fortalecimento do sistema produtivo por meio da diversificação de espécies, controle de plantas espontâneas. Além do que, a oferta de mais produtos colabora para aumentar a renda dos agricultores, uma vez que, em uma associação de plantas de ciclo curto com plantas de ciclo longo os agricultores encontram formas de adquirir produtos em diferentes épocas do ano, tanto para o consumo familiar quanto para a comercialização.

Está é uma importante estratégia de conservação, porque mantém os nutrientes do solo a partir da diversificação produtiva, aumenta a umidade, diminui o processo erosivo, e possibilita fatores que criam uma harmonia produtiva (WANDERLEY, 1999).

Nos dias de hoje, o termo diversificação de cultivos tem sido utilizado para declarar o manejo sustentável, principalmente na agricultura familiar, onde maior diversidade pode ser alcançada ao longo do tempo por meio da rotação de culturas e, no espaço, com plantas de cobertura, policultura, sistemas agrícolas, florestais e pecuários e outras formas (TAVARES, 2009).

### **3. Técnica de pousio**

A segunda estratégia mais mencionada pelos agricultores foi a técnica de pousio 26%, que envolve uma série de conhecimentos sobre o solo (destinado ao plantio e pousio). Para eles o solo precisa restaurar a sua fertilidade (descansar) e só assim estará novamente pronto para um novo plantio, não há como dizer exatamente por quanto tempo um pedaço de terra pode ainda ser usado para a agricultura, a necessidade ou não de pousio dependerá da última produção na área. No tocante, conforme a regeneração da vegetação ocorre, outros recursos como a caça e o peixe também vão reproduzindo-se.

Eles normalmente utilizam a área por 4 a 5 anos de cultivo intenso, com diferentes culturas e ciclos produtivos e, subsequente, deixam a área em recuperação, derrubando outros trechos da floresta, voltando após alguns anos (6 ou 8) a utilizar aquela área que deixou em descanso.

Andres et al. (2001), ressaltam que o pousio melhora a absorção dos nutrientes, restaura a estrutura a estrutura biológica do solo e é benéfico para o enraizamento das plantas. Além de promover a fertilidade natural do solo, outros benefícios também resultam dessa prática, tais como o controle de pragas, doenças e ervas invasoras (NODA et al., 2001). Para Adams (2000), a relação entre o tempo destinado ao descanso da terra e a frequência das colheitas orientam os padrões temporais da produção agrícola.

### **4. Adubação orgânica**

A matéria orgânica é um recurso que vem ocupando cada vez mais espaço nas mais diversas técnicas de produção de mudas de variadas hortaliças. Este recurso permite que reutilize dejetos que seriam descartados na produção animal ou vegetal, acrescentando esta matéria orgânica, rica em macro e micronutrientes, ao substrato comercial ou mesmo o

próprio solo, havendo uma economia para o produtor rural, por se tratar de reaproveitamento de dejetos, sendo uma prática sustentável, já que aperfeiçoa a utilização de matéria orgânica, sem agredir o meio ambiente (MAZZUCHELLI et al., 2014).

A adubação é um procedimento realizado por todos os agricultores entrevistados. No entanto, observou que poucos utilizam o adubo orgânico 11% e que a grande maioria utiliza adubo químico, por conta do tempo que leva para o adubo orgânico fazer efeito.

Os tipos mais utilizados entre os orgânicos são os esterco, a compostagem e o paú<sup>1</sup>, e o mais citado entre os adubos químicos está a formulação Nitrogênio, Fósforo e Potássio – NPK.

O uso de fertilizantes orgânicos, além de facilitar a drenagem e a aeração do solo, aumenta a retenção de água, os níveis de nutrientes e o número de organismos benéficos no solo e nas plantas, melhorando o desenvolvimento radicular (MALAVOLTA, 2002).

## 5. Conservação da mata

A mata é fundamental para a segurança alimentar, uma vez que oferece frutas e caças, aponta-se que a designação local de mata, feita pelos agricultores familiares refere-se ao espaço percebido e apropriado produtivamente por meio das atividades de extrativismo animal e vegetal (SILVA, 2009).

Também conhecida como mata de galeria, vegetação ribeirinha vegetação ripária, zonas ripárias ou zonas tampão, ela desempenha um papel de grande importância ambiental (JACOBS, 1998). Seja porque recarrega aquíferos, mantém a qualidade da água, reduz as taxas de erosão e sedimentação nos rios, ou, essencialmente pela sua importância para a manutenção da biodiversidade (LIMA, 2018).

Foi destacada a preocupação com a manutenção da mata 20% no entorno à qual os agricultores estão inseridos:

“Dá vento e sombra, pois aqui o sol é muito quente para trabalhar...  
(A.M 37 anos)”

Outra preocupação foi com a fauna:

---

<sup>1</sup> Paú é um adubo natural que provém de algumas árvores, como a samaúma, urucuri e seringueira. Na mata, quando se encontra um tronco de árvore que morreu, caiu no chão e apodreceu, normalmente ela já se desmanchou e está fácil de colher o paú. Há grande procura por essas árvores, pois é muito comum o uso do paú pelos ribeirinhos do Amazonas, em suas plantações e nos seus ‘famosos’ canteiros de cebolinha e coentro.

“A mata é um lugar de reprodução dos animais... (N.P 42 anos);  
“Por causa da temperatura e também é o refúgio dos bichos... (F.Q  
52 anos) ”

Houve também uma preocupação com as árvores frutíferas nativas:

“Na minha mata eu guardo as árvores de uixi liso, mangueira... esse  
é o certo né? (B.P 56 anos) ”

Apesar da sua importância e mesmo sendo protegida por lei, esses ambientes vêm sendo degradados por atividades econômicas predatórias, principalmente o desmatamento para atividades agrícolas (PRIMO; VAZ, 2006).

Além das estratégias citadas acima, os agricultores desenvolvem outras como a rotação de cultivos, conhecimento da natureza, plantio de sementes e de mudas, conservação de áreas de preservação permanente, além do respeito as áreas protegidas por lei, onde vive a espécie primata sauim-de-coleira (*Saguinus bicolor*).

As estratégias de conservação identificadas demonstram sua importância na elaboração de políticas de proteção dos recursos ambientais. Autores como Amante (2000), Albuquerque e Albuquerque (2005) e Júnior (2007), salientam a relevância dos estudos relacionados à percepção ambiental como elemento essencial nas questões ambientais, para entendermos melhor as inter-relações sociedade-ambiente (suas expectativas, julgamentos e comportamento), para, além de se situar na essência do fenômeno ambiental.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

O significado que a terra tem para os agricultores que produzem para além da apropriação da natureza como fator de produção é a base da dinâmica familiar. Neste sentido, os agricultores familiares participantes da pesquisa, a seu modo, praticam e possuem relação direta com a conservação ambiental e sabem da sua importância de permanecer nas áreas rurais como fornecedores de alimentos.

A presente pesquisa aponta que a agricultura familiar na comunidade de Novo Remanso segue os padrões tradicionais de uso da terra na região, explorando os recursos disponíveis para garantir sua autossuficiência por meio da produção agrícola diversificada e mantendo a diversidade de espécies nas plantações. É factível na fala de alguns dos agricultores entrevistados a natureza como elemento de preocupação, os resultados elucidam-se para uma percepção ambiental do agricultor familiar próximo ao conceito de uma percepção naturalista do ambiente.

É importante pontuar que a agricultura familiar pode ser uma ferramenta de resistência ao sistema capitalista que, à medida que cresce, arrasta grande número de desempregados para a miséria e a exclusão de serviços essenciais, no entanto, os trabalhadores agrícolas conseguem suprimir sua demanda trabalhando fora do modelo capitalista. A informação é um fator imprescindível e importante na vida dos agricultores, durante a pesquisa, bons resultados foram obtidos a partir a construção do conceito de informações e do entendimento deles. No processo de construção conceitual, constatamos que nas ideias expressas pelos agricultores, eles têm uma profunda relação com os saberes tradicionais passados de geração em geração. Destaca-se a importância de orientações que dialoguem com os agricultores, reconhecendo as singularidades e particularidades de cada região, bem como a sistematização da educação do campo, visando a sensibilização para o uso sustentável dos recursos naturais.

É indeclinável o encadeamento da pesquisa científica nesta área, para reforçar e validar cientificamente práticas sustentáveis na agricultura familiar tradicional na Amazônia e para subsidiar políticas públicas que apoiem esses setores que são fundamentais para a sobrevivência humana, além das já existentes.

Ressalta-se ainda que, embora não seja o cerne desta pesquisa, o importante papel produtivo e econômico da agricultura familiar, dentre os quais podemos citar a

preservação do patrimônio social, ambiental, cultural e histórico em benefício de toda a sociedade. Em síntese, cabe ressaltar que a produção familiar tem papel fundamental na economia brasileira, na geração de empregos e no abastecimento de alimentos. Por tudo isso, o fortalecimento da agricultura familiar é fundamental.

Neste recorte, o estudo das estratégias de conservação na agricultura familiar, não deve ser um fator isolado, mas concatenado a diversos outros fatores que determinam de forma integrada ações que levam à melhorias das condições da vida dos agricultores, qualidade dos produtos e recursos naturais. Vale ressaltar que as questões ambientais permanecem urgentes e que a sociedade como um todo tem a responsabilidade de desenvolver conhecimentos que possam atuar e se organizar de forma social, econômica e ecologicamente responsável.

### **CAPÍTULO III – SUSTENTABILIDADE SOCIOAMBIENTAL: A ORGANIZAÇÃO DA GESTÃO TERRITORIAL NA LOCALIDADE DE NOVO REMANSO**

Este capítulo permitirá uma abordagem em diferentes aspectos que envolvem a sustentabilidade na agricultura familiar, a partir de suas particularidades diante da complexidade das suas múltiplas facetas. A sustentabilidade será discutida seguindo os princípios que norteiam o ecodesenvolvimento e suas dimensões sustentáveis e buscará responder o último objetivo específico desta dissertação.

Na Amazônia, a agricultura familiar se baseia em habilidades e técnicas necessárias para a finalidade e manejo dos recursos naturais. Tais habilidades foram adquiridas com as contribuições de diferentes atores sociais ao longo do processo sócio-histórico e garantem, principalmente, condições necessárias à reprodução socioeconômica e cultural das unidades familiares de produção (NODA et al., 2007; CASTRO, 1998).

O desenvolvimento das atividades produtivas, entendidas como agricultura familiar tradicional apresentam peculiaridades, uma vez que, possuem conhecimentos agrícolas herdados das populações indígenas e de outros povos, que possibilitou formas específicas do uso e apropriação dos recursos naturais. Esse sistema de produção apresenta características sustentáveis, ao desenvolver uma lógica específica diversificada de apropriação, produção e reprodução, na perspectiva tradicional na relação com a natureza (DA SILVA E DE BRITO, 2021; CHAVES; LIRA; SILVA., 2001; RODRIGUES et al., 2001).

Segundo Sachs (2000), o desenvolvimento ecológico pressupõe a coordenação de objetivos sociais, ambientais e econômicos (relacionados a políticas culturais, ecológicas, territoriais, nacionais e internacionais) e, como tal, a combinação dessas dimensões é claramente necessária para alcançar o equilíbrio ecológico do planeta. Cada um dos componentes considerados tem atuação voltada para diferentes tipos de desenvolvimento, porém, sua ação coletiva busca promover o desenvolvimento humano sem comprometer a disponibilidade de recursos naturais, mantendo assim a harmonia entre a ecologia e o ambiente (MEDEIROS et al., 2019). Diante disso, os indicadores são apresentados como ferramentas destinadas a obter informação, e além de desempenhar um papel fundamental no planejamento estratégico de políticas, também são capazes de sintetizar vários contextos, permitindo a análise de correlações entre variáveis, sua importância e correlação (DE AZEVEDO et al., 2023).

Nesse contexto, o desenvolvimento sustentável está imbricado e mediado pela cultura e no modo de vida dessas populações, a especificidade da relação sociedade-ambiente constitui um pilar fundamental que possibilita o estabelecimento de uma racionalidade ambiental condizente com a produtividade sustentável e bem-estar da comunidade (SILVA; BRITO, 2021; LEFF, 2009).

### **1. Sustentabilidade social na agricultura familiar na comunidade de Novo Remanso**

Numa abordagem da dimensão social do desenvolvimento sustentável, reconhece-se que as questões ambientais são questões de caráter marcadamente social, passando-se a questionar os desenvolvimentos atuais com base na produção/consumo futuro do ser humano e na necessidade de salvaguardar os direitos das gerações futuras (PONTES, 2015). Essa ideia tem contribuído para os argumentos sobre as responsabilidades das ações humanas e das atividades econômicas pelos recursos naturais, e no meio dessas atividades, a agricultura.

As relações que os humanos estabelecem com a matéria não viva ou com outros seres vivos são projetadas para produzir produtos úteis que satisfaçam suas necessidades. Essas necessidades mudam no tempo e no espaço à medida que novas relações são estabelecidas, baseadas em níveis de desenvolvimento tecnológico e níveis de conhecimento técnico e científico (FOLADORI, 2001).

De acordo com Wanderley (1999), nos últimos anos, a agricultura familiar tornou-se cada vez mais importante como meio viável de alcançar o desenvolvimento sustentável no campo. Entendidas como as atividades da família que, ao mesmo tempo em que possuem os meios de produção, também realizam trabalhos nas instituições de produção e geram as estruturas que determinam como elas se comportam social e economicamente.

Nesta mesma linha de pensamento, Sanches (2000) evidencia que o desafio atual é aproveitar a crise atual como uma oportunidade para iniciar o processo de transformação do mau desenvolvimento para o desenvolvimento e para realizar uma nova construção social. O autor argumenta que é necessário considerar primeiro os vieses sociais, pois esta é uma dimensão importante que constitui o propósito do desenvolvimento.

A contribuição desse debate é a introdução do conceito de sustentabilidade, que inclui conceitos como redução das desigualdades e direitos sociais e acesso às necessidades, vida digna, valores éticos e qualidade de vida (NASCIMENTO, 2012). Isso

significa reconhecer que a sustentabilidade social é um critério importante em um processo de desenvolvimento onde as pessoas têm igual acesso a recursos e serviços sociais, justiça, distribuição justa de renda, etc. para garantir a qualidade de vida das pessoas (SACHS, 2000). Para Leff (2009), esta seria uma nova racionalidade social, com conjunções ecológicas, sociais e equitativas, sustentáveis e duradouras para o desenvolvimento.

Neste panorama, Guimarães (2009) enfatiza que o principal objetivo da sustentabilidade social é a melhoria das condições de vida. Nesse sentido, os países considerados “subdesenvolvidos” caracterizados por altos níveis de desigualdade e exclusão social, os serviços públicos são caracterizados por justiça distributiva e políticas globais como a cobertura universal de educação, saúde, moradia e seguridade social.

Em linhas gerais, a sustentabilidade agrícola é uma versão do conceito de produção sustentável, relacionada à capacidade de captação de biomassa e manifestada na renovação constante dos elementos envolvidos e no uso sustentável de recursos renováveis (GLIESSMAN, 2001). A agricultura deve ser sustentável em alguns aspectos, incluindo a minimização dos impactos negativos sobre o ambiente, incluindo a manutenção e restauração da fertilidade, prevenção da erosão e manutenção da saúde ecológica dos solos, e valorização e proteção de paisagens selvagens e biodiversidade domesticada (GLIESSMAN, 2001).

O conceito de sustentabilidade dos sistemas de produção agrícola significa manter e prosperar suas condições de reprodução social, protegendo o ambiente e proporcionando melhores condições de vida à sociedade, enfatizando que a forma como a terra é utilizada na agricultura enfrenta o desafio de conciliar maior produtividade com menor degradação (FERREIRA, 2008). Essas questões decorrem da identificação de atributos que garantam as boas condições do solo e a qualidade dos cultivos envolvidos, de forma a possibilitar o equilíbrio entre produção, reprodução social e ambiente. O conceito de sustentabilidade utilizado nos agroecossistemas baseia-se na integração entre conservação dos recursos naturais, produção saudável de alimentos, manutenção dos níveis de segurança alimentar e medidas de conservação do solo (TAVARES, 2009).

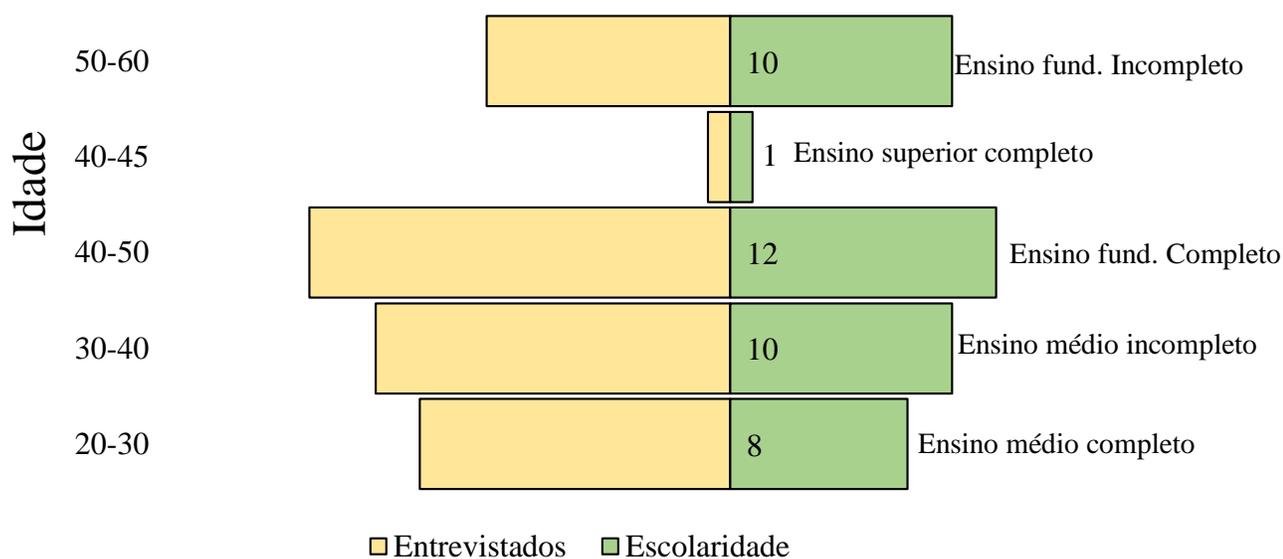
Na região amazônica, a sustentabilidade social se manifesta na viabilização das condições de vida e das políticas públicas, enquanto os direitos básicos das comunidades ribeirinhas permanecem precários (CHAVES et al., 1994).

As condições sociais das comunidades ribeirinhas são estabelecidas e historicamente marcadas pelas políticas públicas desenvolvidas na região, e ainda hoje é difícil alcançar a inclusão social voltada para o ambiente local (PONTES, 2015).

Nesta complexidade, o acesso a bens e serviços afetados por políticas públicas pode ser visualizado na comunidade estudada, sobretudo na educação (Gráfico 11). Destaca-se que os agricultores com a faixa etária entre 50 a 60 anos, 10 possuem um grau de escolaridade baixo, onde muitos deles chegaram a cursar até a 3º série do ensino fundamental I, os agricultores com a idade entre 40 a 50 anos, 12 deles possuem o ensino fundamental completo, no entanto são analfabetos funcionais, uma vez que, possuem dificuldades de compreensão em textos e termos simples.

É perceptível que a educação na comunidade é uma das questões mais difíceis que vem perdurando desde os anos passados até os dias atuais, problemas como acesso à escola, falta de professores, falta de merenda escolar além das condições inapropriadas da escola, desestimula os alunos e aumenta as taxas de evasão, principalmente entre jovens e adolescentes.

**Gráfico 11:** Grau de escolaridade dos agricultores de acordo com a faixa etária



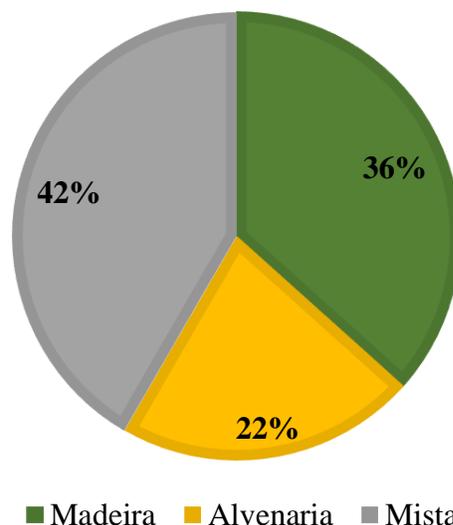
Os perfis educacionais dos entrevistados, bem como a baixa escolaridade expressa, indicam que os agricultores da comunidade são menos escolarizados, principalmente

devido ao trabalho pesado na agricultura e na mata. No entanto, apesar dos entraves, os agricultores incentivam seus filhos (as) nos estudos e na frequência ativa na escola.

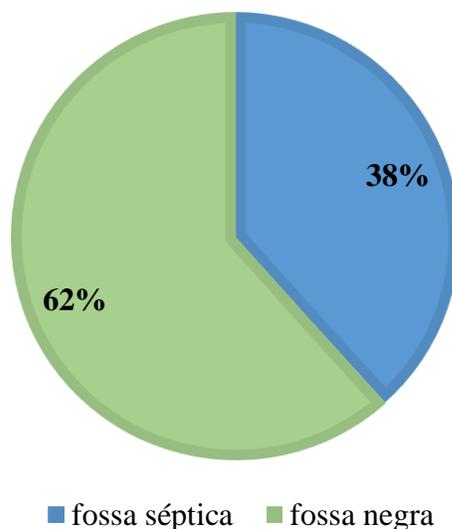
De acordo com a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) nº 9.394/96, a supracitada legislação garante a oferta da educação escolar regular para jovens e adultos, cujas as características e modalidades adequadas às suas necessidades e disponibilidades, garantindo aos que forem trabalhadores, as condições de acesso e permanência na escola, além de condições como material didático-escolar, conteúdos curriculares e metodologias apropriadas às reais necessidades e interesses dos estudantes rurais. Assegura também a organização escolar própria, incluindo a adaptação do calendário escolar às várias fases do ciclo agrícola e à natureza do trabalho no meio rural (DO SUL et al., 2013). Na comunidade, porém, essa realidade é contraditória, questionando a viabilidade da política no atual modelo de desenvolvimento.

A casa dos agricultores (gráfico 12), em sua grande maioria é mista 42%, onde a base é feita de tijolos e o resto da casa de madeira, esta combinação de materiais é bastante comum na comunidade de Novo Remanso, pois além de ser economicamente mais barato, leva menos tempo para ser construída. Dos entrevistados, 36% possuem suas casas de madeira e apenas 22% possuem a casa de alvenaria.

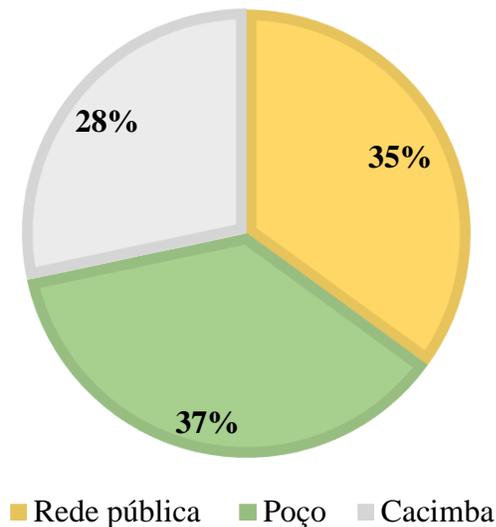
**Gráfico 12:** Material que é feita da casa dos agricultores



Dentre os pontos importantes a serem discutido está o saneamento básico da comunidade, no qual são estruturas construídas pelos próprios comunidade. De acordo com a pesquisa de campo, apenas 38% possuem fossas sépticas em casa e os demais 62% usam a denominada na linguagem coloquial como fossa negra ou buraco negro, com escavações rústicas e sem qualquer revestimento (Gráfico 13).



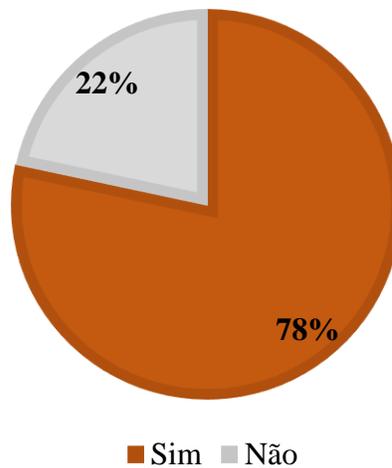
O abastecimento de água dar-se principalmente por poço artesiano 37%, 35% pela rede pública e 28% através de cacimba. Os agricultores utilizam a água para as inúmeras tarefas realizadas no seu dia a dia, e quando o motor quebra ou falta energia, eles costumam usar a água do rio para suas necessidades diárias.



De acordo com a Lei nº 11.445, de 5 de janeiro de 2007, o saneamento básico, incluindo abastecimento de água, esgoto doméstico, limpeza urbana e manejo de resíduos sólidos, de forma adequada à saúde pública e à proteção do meio ambiente, é característica da universalização do acesso. Tem como um de seus princípios fundamentais a adoção de métodos, técnicas e processos que levem em conta as especificidades locais e regionais para contribuir no combate e erradicação da pobreza, na proteção do ambiente, na promoção da saúde e em outros interesses sociais relevantes voltados para a melhoria da qualidade da vida, logo, as instalações de saneamento básico são o fator determinante (DO SUL et al., 2013).

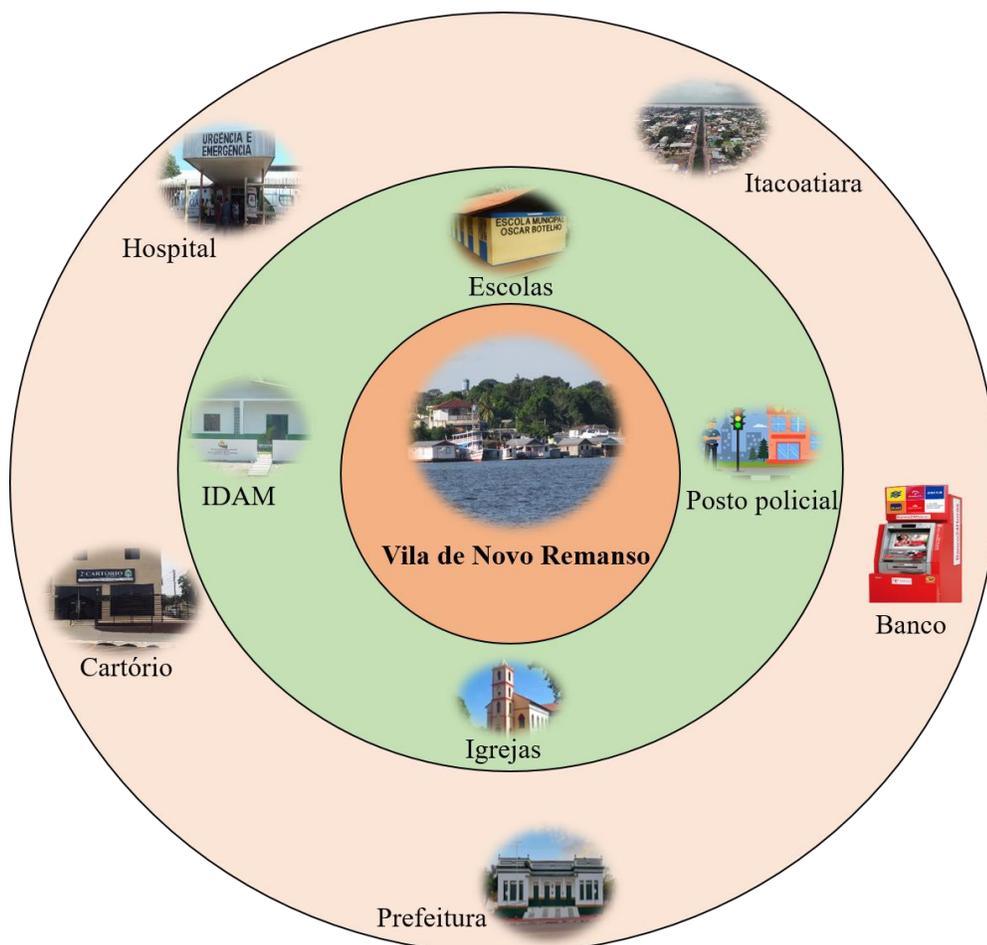
Segundo Cordeiro et al. (2009), a saúde da população brasileira sofre com falta de saneamento básico. Cerca de 70% das internações clínicas no Brasil estão voltadas a deficiência no saneamento básico. A omissão de saneamento básico atinge 47% da população brasileira, sendo que as crianças de 1 a 6 anos são as principais vítimas. Os dados dessa pesquisa também apontam que somente daqui a longos anos que o Brasil deverá ter acesso total a esgoto. Isso dar-se ao fato de que o desenvolvimento do saneamento básico ocorre de forma lenta e mínimas são as alternativas para a prestação de serviço neste setor (CORDEIRO et al., 2009).

Em relação ao abastecimento de energia elétrica (gráfico 15), 78% possuem eletricidade em suas residências através do Programa Luz para Todos e 22% não disponibilizam, uma vez que, por morarem em ramais distantes, há certas limitações para se chegar até o local o que inviabiliza o uso da energia elétrica. Tal programa possibilitou uma modernização tecnológica e mudanças nas perspectivas sociais dos agricultores



Essa situação confirma que, na Amazônia, a dinâmica de viabilização de políticas públicas nas comunidades ribeirinhas rurais ainda precisa avançar, pois são caracterizadas pela ambivalência, instabilidade e até mesmo ausência dos direitos (CHAVES; LIRA; SILVA, 2001). Na comunidade de Novo Remanso, observou-se que mesmo as políticas públicas caracterizadas pela acessibilidade universal e viabilidade pública que estão efetivas no atendimento das necessidades básicas dessas populações, criando perspectivas de crescimento em uma dinâmica de desenvolvimento que não pode ser alcançada por meio das diferenças sociais construídas.

No cerne desta pesquisa, vale destacar aspectos relacionados ao acesso à segurança social na comunidade. O Diagrama de Venn (figura 10), enfatiza a relação estabelecida entre os agricultores, comunidade, instituições e entidades, reconhecendo a importância desses fatores nos processos de tomada de decisão e desenvolvimento comunitário.

**Figura 10:** Diagrama de Venn

Nas proximidades do entorno da comunidade de Novo Remanso, entre as relações que integram o meio e que contemplam o primeiro nível de relação com a comunidade estão as escolas, igrejas, um posto policial, uma sede do IDAM. Partindo para lugares que são necessários para prover atividades cotidianas importantes para esses agricultores, mas que ficam distante, temos Itacoatiara-AM e suas repartições necessárias como por exemplo (cartório, prefeitura, bancos e loterias, hospital etc), a comunidade de Novo Remanso conta apenas com postos de saúde, pouco serviço odontológico e profissionais capacitados, o que leva os agricultores a adotarem práticas alternativas baseadas no conhecimento tradicional, geralmente, em casos graves e de emergência é necessário o deslocamento até Itacoatiara, por possuir melhor infraestrutura para atendimento médico. Idosos precisam deslocar-se até Itacoatiara para receber sua aposentadoria, assim como o nascimento de uma nova criança, precisa ir até a cidade para poder registrá-la. Neste contexto, torna-se evidente e importante

destacar a ausência e precariedade do fornecimento de serviços básicos aos moradores da comunidade.

A Constituição Brasileira de 1988 garante um sistema de proteção social baseado na seguridade social, entretanto, as comunidades ribeirinhas constituem uma área onde o atendimento das necessidades sociais por meio do acesso aos direitos civis é muito difícil (CHAVES; LIRA; SILVA, 2001; RODRIGUES et al., 2009).

O estilo de vida destas populações garante a sustentabilidade da sociedade na perspectiva das condições de reprodução da vida social e da satisfação das necessidades básicas da sua própria sobrevivência e melhoria das condições de vida (VIEIRA, 2015). Na comunidade de Novo Remanso, o modo de vida desses grupos de pessoas, na perspectiva da reprodução da vida social, da satisfação das necessidades básicas de sobrevivência e da melhoria das condições de vida, é a garantia de bases sustentáveis.

A sua cultura, questionando a forma como o ambiente se democratiza para produzir e satisfazer as necessidades da comunidade, tendo em conta que a forma de ultrapassar as dificuldades está sobretudo relacionada com o desenvolvimento de uma série de atividades produtivas que subsidiam e constituem a agricultura familiar local, considerando o ambiente como um dos principais componentes de sua sustentabilidade e reprodução social, além do conhecimento sobre os recursos locais, que se apropria do conhecimento tradicional em seu uso.

Nesta linha de raciocínio, a sustentabilidade social baseada em políticas públicas e ações governamentais caracteriza-se por reduzir as desigualdades sociais e promover direitos básicos. A pesquisa aponta para a necessidade de implementação de bens e serviços que atendam às necessidades locais, com o objetivo de transformar o acesso a esses direitos em interesses legítimos.

## **2. Sustentabilidade econômica no entorno da Vila de Novo Remanso**

A sustentabilidade econômica diz respeito às ações e práticas econômicas adotadas nas esferas fiscal e administrativa que sustentam o crescimento econômico de um país enquanto conservam a natureza, garantindo assim a conservação dos recursos naturais e, assim, proporcionando o futuro das gerações (SEBRAE; TACO; DOMINGUEZ, 2013).

Por meio do debate sobre o desenvolvimento sustentável para as gerações presentes e futuras, as discussões sobre sustentabilidade econômica centram-se em questões

relacionadas à sociedade e ao ambiente. No cerne da discussão está que o ser humano deve preservar o capital natural para que os recursos sejam mantidos ou mesmo permaneçam os mesmos, questionando o caráter fundamental do crescimento econômico para o desenvolvimento (VAN BELLEN, 2015).

O modo de desenvolvimento atual é baseado no modo de produção capitalista, no qual estão pautadas na destruição da natureza para a produção contínua em busca de lucros, questionando as condições de continuidade do desenvolvimento com sustentabilidade do planeta (SILVA, 2010).

Em essência, a pressão sobre os recursos naturais na economia do atual modelo de desenvolvimento capitalista é sobre a maximização do lucro no curto prazo, que introduz padrões tecnológicos e ritmos de desenvolvimento que exploram a natureza, bem como formas de consumo que vem esgotando as reservas naturais, reduzindo a fertilidade do solo e afetam as condições de regeneração dos ecossistemas (LEFF, 2007).

Silva (2010) destaca que esse movimento baseado na acumulação de riquezas acaba por alterar fundamentalmente a relação entre natureza e sociedade. Quaisquer que sejam as consequências desse movimento, o excedente de lucro, a competição e a competitividade impulsionam novas fases de relações com o ambiente natural dominante em escala cada vez maior.

Para Sambuichi et al. (2017), o uso produtivo não necessariamente agride o ambiente ou destrói a diversidade, mas será possível se as pessoas perceberem que toda atividade econômica está enraizada no ambiente natural. Assim como os estilos de vida desenvolvidos pelos moradores da floresta e populações rurais, eles lutam pela sobrevivência nos ecossistemas, muitas vezes de forma criativa baseada em um profundo conhecimento da natureza e no estabelecimento de relações diferenciadas sociedade e ambiente.

O desenvolvimento da agricultura familiar na comunidade de Novo Remanso, como já discorrido no capítulo II, é decorrente principalmente das atividades agrícolas produtivas e práticas tradicionais, com a complementação da renda por meios de benefícios sociais e nesta complexidade oportuniza a o sustento e reprodução do grupo social. Neste viés os agricultores familiares tradicionais das comunidades de Novo Remanso se organizam de acordo com o trabalho que realizam para o sustento de suas famílias.

No que se refere as atividades agrícolas destaca-se que entre as espécies cultivadas, a mandioca (*Manihot esculenta*), banana (*Musa sp*), cupuaçu (*Theobroma grandiflorum*), tucumã (*Astrocaryum aculeatum*) e o açaí (*Euterpe oleracea*) destinam-se especialmente para o consumo, sendo o abacaxi (*Ananas comosus*) o principal produto destinado para consumo e venda. A mandioca é cultivada principalmente para consumo e venda, na forma de farinha. Entre as espécies cultivadas a mandioca é de fundamental importância, uma vez que o seu valor está agregado, sobretudo, a produção de farinha, tornando-se importante para a comercialização ou para o consumo da família (Figura 11).

**Figura 11:** Produção da farinha pelos agricultores de Novo Remanso



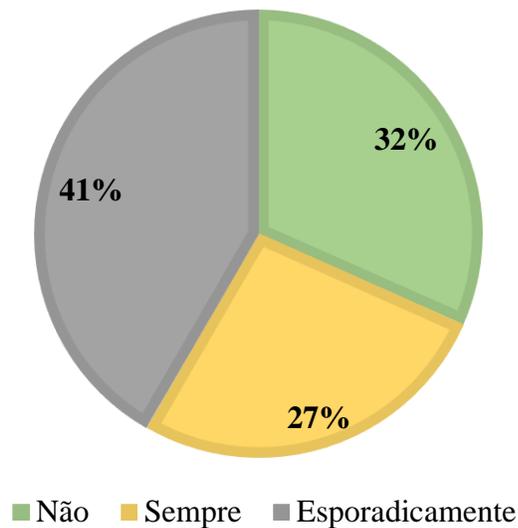
Logo, os agricultores conseguem administrar a manutenção e reprodução da casa e do ambiente em que vivem, porém, essas mesmas práticas subsidiam a aquisição e obtenção dos produtos e serviços de que necessitam fora de sua comunidade, em centros urbanos próximos, porém necessários para sustentem suas casas. De acordo com Fraxe, Pereira e Witkoski (2011) as populações tradicionais da região amazônica, principalmente os ribeirinhos, desenvolve duas lógicas de transação: mercadoria-mercadoria e mercadoria-dinheiro-mercadoria. A primeira é a troca de valor de uso por valor de uso, sem a intermediação do dinheiro. A segunda é a troca de valor de uso e moeda, mas essa forma é para obter outro valor de uso, portanto é uma forma econômica comercial de troca simples.

E neste contexto, os resultados desta pesquisa mostram que os agricultores são produtivamente racionais no desenvolvimento da agricultura familiar, não estão totalmente voltados à obtenção e ao acúmulo de grandes lucros, por isso é mais importante obter recursos que possam suprir a reprodução social da família. A gestão participativa das comunidades no ambiente é, portanto, condição de conservação dos recursos para a construção de bases sustentáveis (LEFF, 2009).

### **3. Sustentabilidade ambiental na comunidade de Novo Remanso**

O eixo da sustentabilidade ambiental está nas relações construídas entre a sociedade e ambiente em suas formas sustentáveis e ecologicamente prudentes de produzir e reproduzir a partir do tipo de conhecimento que cada classe social tem sobre seu ambiente. Segundo Sachs (2000), a sustentabilidade ambiental sugere que a relação entre o ser humano e a natureza deve ser pautada pela conservação do potencial do capital natural para produzir recursos renováveis, uso limitado de recursos não renováveis e respeito pela capacidade de restaurar suas características ambientais ecossistemas.

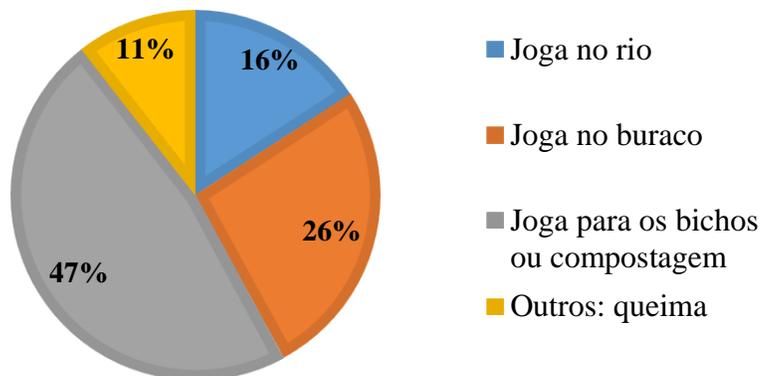
Neste horizonte, o conceito de sustentabilidade ambiental engloba analisar as práticas utilizadas nos processos tradicionais de produção das populações tradicionais na Amazônia. Se o critério da racionalidade econômica capitalista facilita o desenvolvimento da integração do mercado, o critério da sustentabilidade ambiental atribui valor ecológico positivo aos pequenos produtores tradicionais da região amazônica (PONTES, 2015). Panoramas de sustentabilidade, quanto a essa relação diferenciada, estão presentes em diversas formas, na comunidade de Novo Remanso. O gráfico 16, mostra a frequência de queimadas realizadas pelos agricultores, cabe destacar que 41% afirmam fazer queimadas de forma esporádica, ou seja, 1 vez a cada 2 anos, 32% afirmam que não fazem queimadas e 27% afirmam que sempre fazem queimadas.



A agricultura de corte e queima é um tipo de atividade amplamente utilizado. É uma técnica de baixo custo que os agricultores usam para preparar suas terras para a agricultura. Segundo Pedroso Júnior, Murrieta e Adams (2008), que se caracteriza pelo uso contínuo de campos abertos, permitindo tempos de espera mais curtos para o preparo do solo em relação ao pousio. No entanto, essa prática gera muitos impactos negativos no meio ambiente. Em alguns países, inclusive no Brasil, a agricultura de corte e queima é uma prática antiga utilizada por populações rurais. De acordo com os mesmos autores, estudos voltados para a compreensão da dinâmica dos sistemas de sobrevivência envolvendo o uso do fogo e os impactos ambientais e socioeconômicos dessas práticas têm sido realizados na literatura. Para eles, existem dois tipos de pesquisa mais comumente associados a tais práticas. Enquanto uma parte desses estudos visa caracterizar a destruição e o saque dos recursos naturais, oferecendo alternativas, outra parte busca demonstrar que a prática é sustentável e propor ações que justifiquem a manutenção dessa tradição agrícola (PEDROSO JÚNIOR; MURRIETA; ADAMS, 2008).

A pesquisa aponta prismas da sustentabilidade ambiental também, no que se refere ao respeito com a natureza nas práticas cotidianas domésticas dos produtores familiares (Gráfico 17). Entre os entrevistados 47% destinam a sobra de alimentos para a alimentação de animais de pequenos portes, criados nos quintais ou realizam a compostagem, seguido de 26% que

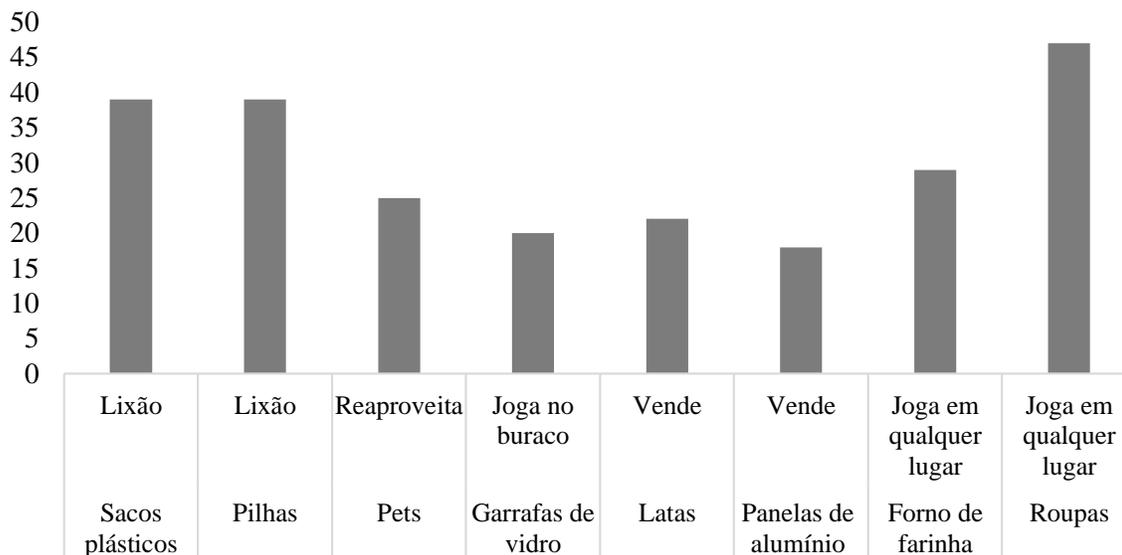
jogam no buraco, 16% afirmaram jogar no rio e apenas 11% disseram que queimam ou deixam para jogar no lixão da cidade.



**\*O entrevistado pode assinalar mais de uma alternativa**

São formas de uso sustentável, lembrando que os animais criados em quintais fazem parte dos sistemas de produção da agricultura familiar desenvolvidos pelos agricultores como economia para tempos difíceis, alimentação quando necessário e outras formas de geração de renda. Ao usar o excedente de alimentos de forma sustentável, os agricultores proporcionam a sustentabilidade da própria cadeia produtiva ao garantir que seu sistema agrícola mantenha a possibilidade de auto restauração em um padrão de produção e consumo compatível com as capacidades naturais (NASCIMENTO, 2012).

Contudo, essa prática sustentável, não engloba toda a produção de resíduos sólidos descartados pelos agricultores (Gráfico 18). Após o uso dos sacos plásticos e das pilhas, 39 entrevistados afirmaram que descartam esses resíduos no lixão, em relação as garrafas pets ou de vidro, após o consumo reaproveitam para armazenar outros líquidos como água, suco, tucupi, açaí e outros ou jogam no buraco. As latas e as panelas de alumínio, os agricultores realizam a venda desses objetos para os sucateiros e em alguns casos que reaproveitam como vaso para as plantas.



Ainda percorrendo sobre o gráfico acima, as roupas que não são mais utilizadas, geralmente são jogadas em qualquer lugar, de acordo com 47 entrevistados. O forno de farinha, quando não se tem mais utilidade é deixado próximo à casa de farinha, servindo de canteiro ou local para armazenar madeiras.

A principal razão para isso acontecer é que não há serviço público na comunidade para coleta de lixo, os comunitários jogam os seus resíduos a céu aberto, que se encontra em condições inadequadas, sem atender as regras de proteção ambiental, ocasionando proliferação de insetos, como moscas, ratos, além do mau cheiro (Figura 12).

**Figura 12:** Lixão de Novo Remanso



Esta realidade é um problema típico de falta de acesso a bens e serviços sociais no Amazonas. Esse aspecto é preocupante porque embora esses produtores tenham formado um sistema de produção diferenciado na relação homem-natureza, o que não pode ser ignorado é que a sociedade em que vivem é cada vez mais capaz de estimular o consumo por meio de arquétipos de desenvolvimento característicos, tipo extrair-produzir-descartar, a natureza fundamental dos problemas ambientais (PONTES, 2015).

Leff (2009) e Cavalcanti (2012) defendem que a atual forma de desenvolvimento econômico que incentiva o consumo de massa leva à degradação do sistema ambiental inerente ao desenvolvimento capitalista, comprometendo a capacidade ecológica do planeta e, conseqüentemente, a sustentabilidade dos mais variados agroecossistemas. Este modelo econômico moderno baseia-se na extração crescente de recursos que, por sua vez, são depositados como resíduos, deixando uma pegada ecológica crescente no ambiente.

No entanto, cabe ressaltar que os agricultores apresentam graus variados de sustentabilidade e têm demonstrado, ao longo do tempo, relativa capacidade de manter a estabilidade dos recursos naturais de sua região. Assim sendo, a sustentabilidade ambiental dos modos de vida, produção e reprodução baseados na agricultura familiar desenvolvidos

pelos agricultores, evidenciada pela tradição, antes de mais nada na sua relação com a natureza, ou mais precisamente, a relação dos agricultores com os ecossistemas.

#### **4. Formas de organização e base territorial em Novo Remanso**

Compreender a realidade territorial é uma das tarefas do conhecimento geográfico, ligando ramos do conhecimento científico para melhor compreender o mundo real. Para entender o espaço geográfico é preciso ir além da dinâmica do espaço físico, e hoje, é preciso entender as inter-relações e os espaços de convivência entre diferentes organismos (sociedade-ambiente) (CRUZ, 2018).

Entender territorialidade e a territorialização recorre a novos caminhos teóricos, dada as imbricações em entender a transindividualidade a partir das nuances de território. Para Raffestin (1993), espaço e território não são idênticos, mas o espaço precede o território. Ele aponta que o território é resultado de ações programadas pelos sujeitos para ocupar o espaço de forma concreta e/ou simbólica. Assim, ao ocupar um espaço de forma concreta ou abstrata, o ator territorializa esse espaço.

Desta forma, o espaço é físico, concreto e existe antes de qualquer fator humano, simbólico ou físico. E é justamente o ato humano de transformar o espaço em território, essa passagem que sempre se dá no âmbito das relações de poder e dominação. Raffestin (1993) afirma que a construção ou ocupação dos territórios ocorre por meio do trabalho humano e que cada território é idiossincrático, na medida em que apresenta múltiplas configurações e decisões por meio de aspectos econômicos, culturais, sociais e simbólicos. Os territórios são demarcados pelo processo histórico dos povos, grupos de povos ou coletivos sobre os quais exercem poder na área.

Saquet (2009) conceitua territorialidade como sendo uma relação cotidiana instantaneamente estabelecida entre o homem e a natureza, é a expressão do cotidiano e do *habitus*<sup>2</sup> no território. Saquet (2009) faz críticas a caracterização territorial de Raffestin (1993), pelo tratamento do território como palco das relações destituído dos significados que lhe são intrínsecos, criadores da territorialidade. Desta forma, o autor compreende a territorialidade como a congruência da experiência do cotidiano no território.

---

<sup>2</sup> A expressão *habitus* foi cunhada por Chaves, Elias e Scotson (2005) e refere-se ao modo como os elementos subjetivos se materializam. É o saber incorporado à sociedade, por meio da vida social.

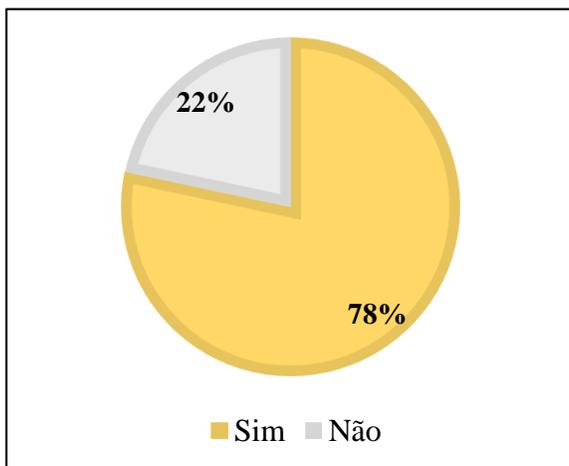
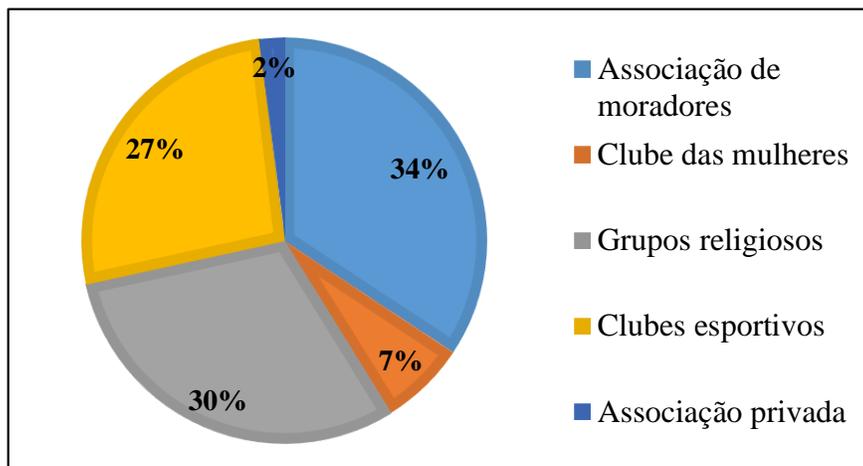
Para Santos (2009), a territorialidade está relacionada ao território, pelo qual são as atividades diárias que as pessoas realizam, que dão vida e vitalidade ao território. A ausência de territorialidade seria um território sem vida, ou seja, um espaço físico sem sentido, por isso, o autor reitera a importância da compreensão da territorialidade para entender o território como um espaço produtivo.

Haesbaert (2007) aponta que a territorialidade é a expressão de significados culturalmente carregados e simbólicos atribuídos ao território nas atividades cotidianas. Para os autores, a territorialidade se expressa por meio das ações dos grupos sociais e da apropriação simbólica da identidade dos territórios. Esse conceito insere uma dimensão identitária nas conceituações territoriais, pouco estudada por outros autores.

Desta forma, os autores citados acima, elaboradores dos conceitos hodiernos de territorialidade, foram indispensáveis na construção itinerária de conhecimento teóricos. As relações sociais como educação, cultura, produção, infraestrutura, organização política e mercados acontecem na dimensão territorial, sempre de forma interativa e abrangente, a noção de territorialidade em jogo aqui estará centrada nos autores acima, porém, dependendo das lacunas identificadas, outros elementos serão incluídos na compreensão da questão.

O território é uma construção humana, cuja identidade deriva do apoderamento ou ascendência do espaço. A similitude territorial está profundamente conectada as relações simbólicas que se concebem no território, mas deve-se considerar, ainda, as bases materiais/concretas que constituem o território. Nesse sentido, enfatiza-se a relação entre território e identidade. Por este ângulo, destaca-se a relação entre território e identidade.

Na comunidade de Novo Remanso, há várias formas de organização social, cada um com objetivos e interesses particulares. Os resultados apontam que 78% dos entrevistados participam de organizações sociais e 22% não participam (Gráfico 19). Do total dos entrevistados, 34% participam de associação de moradores, 30% de grupos religiosos, 27% de clubes esportivos, 7% do clube das mães e 2% de associações privadas (Gráfico 20).

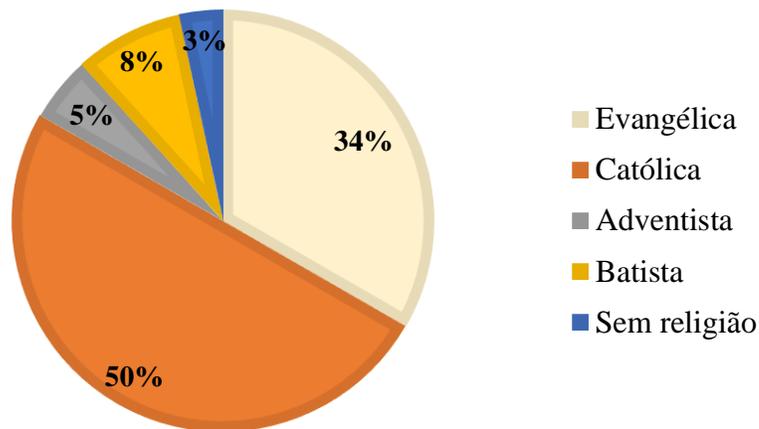
**Gráfico 20:** Participação em Organização Social**Gráfico 19:** Organização Social Participante

**\*O entrevistado pode assinalar mais de uma**

O envolvimento da família na igreja fundamenta-se por uma miríade de fatores, tais como, reterritorialização da santidade socialmente instituída dos locais de nascimento e socialização, pela necessidade de fraternidade e vitalidade espiritual proporcionada pelas congregações religiosas e pela realização de festas religiosas (REZENDE, 2016).

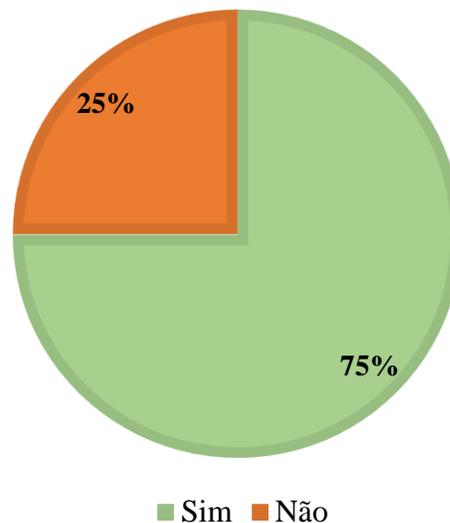
Fraxe, Pereira e Witkoski (2011) salientam que a Igreja Católica deteve e ainda possui um papel essencial nas comunidades rurais do Amazonas, por ser uma instituição política, cultural e social que se insere no cotidiano dos povos. Os autores enfatizam a importância da igreja na configuração socioespacial das comunidades e sua sobreposição.

A religião com maior número de fiéis, de acordo com os dados (gráfico 21), é a católica 50%, seguido de 34% dos entrevistados com a religião evangélica, 8% são da igreja batista, 5% se consideram adventistas e 3% sem religião.



Assim, as manifestações religiosas se apresentam como exteriorizações culturais de afirmação das relações de vizinhança e dos laços de religiosidade, que constituem as redes de sociabilidade que moldam identidades e preferências.

O entendimento das formas de organização penetra de forma profunda na naturalidade, socialização, formas sociais, redefinição, significado e sistemas de símbolos. Somente a partir da interação desses fatores complementares e consorciados que a forma de organização social pode ser abordada com clareza (REZENDE, 2016). Na comunidade de Novo Remanso, essa interação é cada vez mais intensificada e revelada pelo sentimento criado e estabelecido pelos grupos sociais. As formas de ajuda mútua são, portanto, relações socioculturais que contribuem para a reprodução social dos agricultores, o que pode ser percebido nas formas de trabalho coletivo, especialmente no contexto do desenvolvimento das atividades produtivas que constituem a agricultura familiar (gráfico 22), onde 75% dos entrevistados afirmam ter ajuda coletiva durante o trabalho agrícola. Dentre essas formas de trabalho coletivo, destaca-se a troca de dia, mutirão e diárias, que acontecem principalmente para as atividades do roçado. Apenas 25% dos entrevistados realizam o trabalho sozinho.



Segundo Fraxe, Pereira e Witkoski (2011), as formas de ajuda mútua, conhecidas como mutirão ou puxirum e dias de troca, são produto da configuração das relações tradicionais e das necessidades socioeconômicas da família, que ocorrem principalmente pela presença de emoções como amizade, compadrio, etc., mas também para suprir as necessidades laborais do grupo que não consegue prover sozinho o trabalho familiar. Portanto, a prática coletiva de ajuda mútua é essencial para o processo de organização do trabalho na unidade familiar ocorre de forma semelhante, mas com intensidades diferentes, conforme estudado na referida comunidade.

Um ponto importante e observado durante a pesquisa, são as formas de lazer e expressão cultural dos agricultores de Novo Remanso, que no entorno social apresenta somente uma festa anual e cultural não apresentam nenhuma manifestação atrativa pela qual os comunitários possam desfrutar, a exemplo: aos finais de semana ir assistir algum evento promovido pelas repartições públicas ou simplesmente levar os filhos ao parque, o que promove um isolamento cultural e social.

Nesse contexto, Rodrigues e Adami (2005) apontam que a divulgação, troca e compartilhamento do conhecimento torna-se uma forma sociocultural para os ribeirinhos manterem costumes e valores da vida secular, além de proteger o conhecimento, mas principalmente sua sustentabilidade. Essas manifestações integram conhecimentos, saberes

e habilidades histórica e socialmente construídos que fazem parte do patrimônio cultural imaterial e são relevantes para toda a região (DIEGUES, 2001; CHAVES, 2005).

### **5. As configurações da gestão territorial na localidade de Novo Remanso**

Este tópico evidencia a gestão do território para clarificar o processo de tomada de decisão a partir da governança estabelecida. Para elucidar essa gestão territorial, foi utilizada uma matriz F.O.F.A que permitiu a análise das fortalezas, oportunidades, fraquezas, e ameaças de uma unidade territorial. Os dados foram organizados em um quadro ilustrativo que representam os elementos verbalizados nas visitas realizadas durante o trabalho de campo.

Todo espaço demarcado das relações de poder torna-se um território. A gestão constituída por esses espaços demarcados envolve diversos fatores, complementares, distintos e conjugados, engajados e gerados dialeticamente. No entanto, para fins de compreensão e análise da ilustração, é preciso distinguir gestão territorial de gestão ambiental. Vários autores têm trabalhado essa distinção, com destaque para autores como: Dallabrida Birkner e Cogo (2013), Mafra e Silva (2004), Ladwing e Schwalm (2014) e Cunha et al. (2012).

Debates emergentes sobre gestão territorial e ambiental têm sido amplamente reafirmados na academia devido às diferentes concepções acerca do assunto e de seus desdobramentos (BARRETTO-FILHO; CORREIA, 2009). Dallabrida, Birkner e Cogo (2013), afirmam que a gestão territorial se refere ao processo de tomada de decisão dos atores sociais, econômicos e institucionais sobre a ocupação e uso do território em uma determinada escala espacial, com vistas à determinação de estratégias de desenvolvimento.

Portanto é compreensível que os processos de tomada de decisão caracterizam a gestão territorial, através do planejamento e da apropriação dos diferentes espaços delimitados. Mafra e Silva (2004) inserem novos elementos na compreensão da gestão do território no que diz respeito às atividades produtivas de atores sociais complexos e suas diferentes formas de uso.

Para Ladwig e Schwalm (2014), a administração territorial é regida por estratégias de planejamento das decisões e das consequências dessas deliberações no ordenamento do território. Para Cunha et al. (2012), constitui o mote que articula os elementos voltados à

proteção dos territórios, visando à reprodução material, social e cultural dos povos que habitam esses territórios administrados.

A dimensão socioterritorial tende a indicar objetivos amplos, como maior igualdade na valorização dos indivíduos, distribuição de renda, oportunidades de emprego e melhoria das condições econômicas visando garantir uma qualidade de vida superior (MENDES; PESSÕA, 2009).

No primeiro momento, a sistematização dos dados se mensuram no contexto interno, observando seus pontos fortes e fracos. No segundo momento, buscou-se identificar oportunidades e ameaças que afetam diretamente a propriedade e estão fora de seu controle (Figura 13).

A falta de apoio de assistência técnica do IDAM e das cooperativas locais, foi o principal fator elencado como fraquezas, durante as discussões e que afetam o seu desempenho organizacional, uma vez que esses agricultores dispõem de poucos recursos que viabilizem a sua prática produtiva. Assim como o baixo auxílio das universidades, que não provem visitas e orientações, principalmente relacionadas ao solo e utilização de produtos prejudiciais a agricultura e à sociedade. Outro ponto, está o maior lucro para os atravessadores que, por falta de apoio, os agricultores perdem a maior parte dos lucros, não podemos deixar de citar da falta de espaço para armazenamento dos produtos, que também acarreta prejuízos financeiros. Esses entraves precisam ser extintos ou atenuados para que a agricultura familiar seja valorizada e desenvolvida no entorno de Novo Remanso.

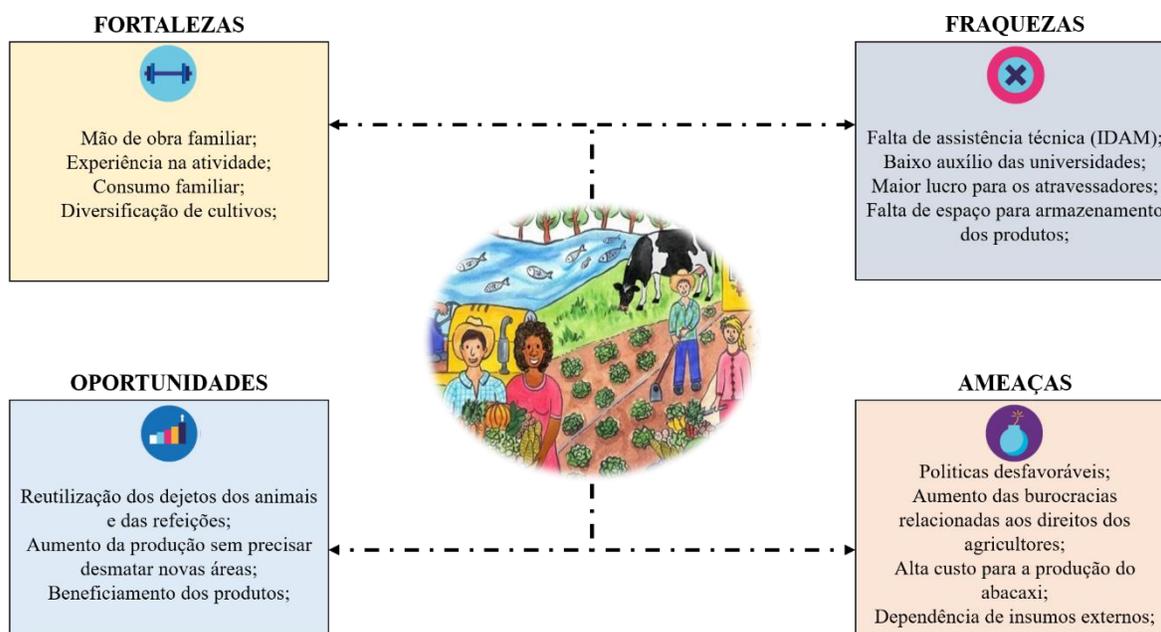
Como força, destaca-se a mão de obra familiar, a ajuda mútua dos familiares e agregados reforçam o valor que a agricultura familiar carrega, outro fator verbalizado pelos entrevistados está a experiência, dos mais velhos principalmente, e os conhecimentos tradicionais passados de geração a geração, saberes como o movimento das águas, o cantar de uma cigarra, anunciando que o verão está se aproximando ou ponto certo para “não deixar a farinha embolar”, enfatizam a luta pela sobrevivência e da experiência adquirida ao longo dos séculos pelas agricultores, adaptados às necessidades locais, culturais e ambientais e transmitidos de geração em geração.

Dentre as forças citadas, também estão inclusos o consumo familiar e a diversificação de cultivos. O termo diversificação de cultivos tem sido utilizado para indicar o manejo sustentável, principalmente na agricultura familiar, onde a maior diversificação de cultivos

é resultado das necessidades de consumo e renda ao longo do ano. Essa diversidade pode ser melhorada temporalmente por meio da rotação de culturas e espacialmente por meio de plantas de cobertura, policultivo, sistemas agrossilvipastoris, etc. (TAVARES, 2009).

Neste cenário, torna-se importante buscar estratégias que impactem positivamente a agricultura familiar, fortalecendo as redes de produção para beneficiar e comercializar determinado produto, e assim comercializar produtos com qualidade diferenciada, características regionais relevantes para os agricultores familiares dada cadeia produtiva.

**Figura 13: Matriz F.O.F.A**



Porém, o maior potencial da propriedade hoje é sustentar a atividade agrícola. Como ameaças, destaca-se as políticas desfavoráveis, bem como o aumento das burocracias voltadas aos direitos dos agricultores, ameaças essas, quem vem deixando-os inseguros e desmotivados afetando negativamente as propriedades rurais. O alto custo para a produção do abacaxi, principal produto cultivados pelos agricultores, assim como a dependência e insumos externos. A falta de apoio reflete dimensões que afetam diretamente ou indiretamente a atuação, o desenvolvimento e o crescimento das atividades da propriedade rural, levando a mesma a tomar atitudes de reação sobre essas dinâmicas.

Como oportunidades, os agricultores enfatizaram a reutilização de dejetos dos animais e das refeições, pois conseguem realizar a adubação orgânica e alimentar animais de pequeno porte, foi citado também, o aumento da produção sem precisar desmatar novas áreas, foi possível observar a presença de vegetação secundária (mata de capoeira). Segundo Marques et al. (2010), considerando o uso de espécies vegetais encontradas na capoeira, a presença de vegetação secundária em propriedades agrícolas oferece oportunidades associadas em termos de serviços ambientais, face à utilização de espécies vegetais encontradas na capoeira. Foi citado por último, o beneficiamento dos produtos. Segundo Goulart et al. (2021), os agricultores devem adotar estratégias capazes de criar diferentes formas de associação entre os produtores, a fim de melhorar seus produtos e encontrar mercados mais estáveis para seus produtos.

Torna-se relevante destacar que o distrito de Novo Remanso luta por sua emancipação desde 2011, pontuando a crescente produção e comercialização do abacaxi como principal argumento para sua separação do município-mãe (Itacoatiara). No entanto, todos os fundamentos cabíveis tornam-se insuficientes para que isto ocorra, uma vez que, caso o loteamento for aprovado, cerca de 40% da área de Itacoatiara serão entregues ao novo município, que ainda incluirá pelo menos as áreas de Lindoia e Engenho, logo, não seria conveniente para Itacoatiara, pois o município perderia geograficamente, economicamente e populacionalmente.

No entanto, fatores como infraestrutura instável em sua sede, problemas ambientais, entre outros, têm dificultado não só o desenvolvimento da agricultura, mas também iniciativas emancipatórias ainda tão distantes.

Neste paradigma, pela abrangência das soluções propostas e pelo caráter transescalar das tendências traçadas, os caminhos trilhados envolvem questões de governança, não apenas de gestão territorial.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

A agricultura familiar, na vila de Novo Remanso caracteriza-se pelos diferentes tipos de cultivos e atividades produtivas destinados a manutenção da unidade familiar. Com base nos resultados obtidos, é perceptível a importância da agricultura familiar assim como sua participação na produção de alimentos para geração de renda e consumo familiar.

Em particular, buscou-se analisar a sustentabilidade do processo de desenvolvimento da agricultura familiar tradicional na comunidade. É importante ressaltar que o desafio foi, antes de tudo, visualizar e tornar a sustentabilidade visível em termos sociais, econômicos, ambientais e culturais. Para isso, os parâmetros foram plotados de acordo com as condições locais para análise.

A dimensão social, buscou sob a ótica da influência da agricultura familiar melhorias a qualidade de vida. A partir disso, percebe-se que as condições de vida e a viabilização de políticas públicas na comunidade ainda se caracterizam pela precariedade do gozo de direitos fundamentais como educação, saúde, saneamento básico e créditos rurais. Notou-se a ausência do apoio das organizações sociais e afins, podendo estas serem uma excelente opção de ganhos, minimizando alguns gargalos existentes por meio do acesso e apoio aos agricultores. Este cenário de ausência em relação aos serviços básicos garantidos por lei, que permanece constante no decorrer dos anos é predominante na região de Novo Remanso e possivelmente de outras comunidades próximas.

No que diz respeito à dimensão econômica traçada pela contribuição da agricultura para a renda familiar, pode-se constatar que ela se baseia principalmente nos resultados das atividades agrícolas produtivas e práticas tradicionais. No que diz respeito às formas de comercialização é primordial dar mais ênfase à agricultura familiar e aos agricultores de pequena escala, projetando neles o potencial de inserção produtiva e de mercado, visto que é um importante segmento para a manutenção de renda, bem como o abastecimento, produção e distribuição de produtos agrícolas.

Conforme descrito na matriz F.O.F.A, existem desafios de gestão, mas as oportunidades são muitas e possíveis. As ameaças podem se materializar como fragilidades, porém, o desempenho da gestão e o exercício dos comitês de gestão podem conter ameaças e transformá-las em forças ou oportunidades. A governança está inserida

nessas complexidades e desempenha um papel integral na capacidade de governança, administração territorial e muitos outros elementos.

Os dados da pesquisa mostram que a agricultura familiar tradicional foi desenvolvida principalmente para a sobrevivência e é permeada por valores e características como, tais como, cooperação, solidariedade, família e parentesco, preocupação com o bem-estar, que fazem parte do grupo familiar fundamental para a sustentabilidade social, isto tudo isto está interligado e representam a sustentabilidade sociocultural da comunidade.

Portanto, este recorte torna-se necessário, pois aponta entraves, fraquezas, dificuldades e acima de tudo a resiliência de famílias que buscam continuar se reproduzindo socialmente, que mesmo com problemas sociais, econômicos e ambientais diversos, conseguem suportar uma realidade capitalista multifacetada.

## REFERÊNCIAS

- ABRAMOVAY, Ricardo. Agricultura familiar e desenvolvimento territorial. **Reforma agrária**, v. 28, n. 1, p. 2, 1998.
- ADAMS, Cristina. **Caiçaras na Mata Atlântica: pesquisa científica versus planejamento e gestão ambiental**. Annablume, 2000.
- ALMEIDA, Rosemeire Aparecida de; KUDLAVICZ, Mieceslau. A potencialidade da pequena unidade de produção em Mato Grosso do Sul: os censos agropecuários 1995/96 e 2006 em debate. **Direitos humanos, diversidade e movimentos sociais: um diálogo necessário**. Dourados, MS: Ed. UFGD, p. 45-66, 2011.
- ALTAFIN, Iara. Reflexões sobre o conceito de agricultura familiar. **Brasília: CDS/UnB**, p. 1-23, 2007.
- ALTIERI, Miguel. Agroecologia: a dinâmica produtiva da agricultura sustentável. 4ª. **Porto Alegre: Editora da Universidade/UFRGS**, 2004.
- ANDRADE, Edinaldo Teles de et al. Agricultura familiar em comunidade amazônica: usos da terra e estratégias de produção agrícola no Jaguarajó em Ponta de Pedras, Pará. 2022.
- DE ANDRADE NEVES, Ingrid Gadelha. **Sistema de patentes para o desenvolvimento sustentável do Brasil: como ampliar a autossuficiência do Brasil em inovações a partir da Biodiversidade**. Editora Dialética, 2020.
- ANDRES, André et al. Rotação de culturas e pousio do solo na redução do banco de sementes de arroz vermelho em solo de várzea. **Current Agricultural Science and Technology**, v. 7, n. 2, 2001.
- ANDRIOLI, Antônio Inácio. Agricultura familiar e sustentabilidade ambiental. **Revista Espaço Acadêmico**, v. 89, 2008.
- ARAGÃO, Luiz EOC; SHIMABUKURO, Yosio E. The incidence of fire in Amazonian forests with implications for REDD. **Science**, v. 328, n. 5983, p. 1275-1278, 2010.
- BAPTISTA, Francisca Maria Carneiro. **Educação rural: das experiências à política pública**. NEAD, 2003.
- BAQUERO, Fernando Soto; FAZZONE, Marcos Rodríguez; FALCONI, César. Políticas para la agricultura familiar en América latina y el Caribe. 2007.
- BARRETO-FILHO, H.; CORREIA, C. Gestão ambiental e/ou territorial de/em terras indígenas: subsídios para a construção da Política Nacional de Gestão Ambiental em Terras Indígenas conforme Portaria Interministerial 276/2008. **Brasília: MMA**, 2009.
- BECKER, Ana Paula Sesti et al. Famílias sem fronteiras: dimensões psicossociais da migração no ciclo de vida familiar. 2014.
- BENCHIMOL, Samuel. **Amazônia: formação social e cultural**. Valer Editora, 1999.

BERENGUER, Erika et al. A large-scale field assessment of carbon stocks in human-modified tropical forests. **Global change biology**, v. 20, n. 12, p. 3713-3726, 2014.

BEVILAQUA, Karen Affonso. Pensando além da produção: uma análise da agricultura familiar como ferramenta de consolidação da sustentabilidade pluridimensional e da segurança alimentar. 2016.

BEZERRA, Eron; BEZERRA, E. A. A Amazônia e o projeto nacional de desenvolvimento sustentado. **Princípios-Revista Teórica, Política e de Informação**, p. 6-12, 2007.

BICHIR, Renata Mirandola. O Bolsa Família na berlinda? Os desafios atuais dos programas de transferência de renda. **Novos estudos CEBRAP**, p. 115-129, 2010.

BOFF, Leonardo. **Sustentabilidade: o que é-o que não é**. Editora Vozes Limitada, 2017.

BONNAL, P.; MALUF, R. S. Políticas de desenvolvimento territorial e multifuncionalidade da agricultura familiar no Brasil. **Política & Sociedade**, v. 8, n. 14, p. 211-250, 2009.

BOTELHO, Joacy Machado; CRUZ, Vilma Aparecida Gimenesda. Metodologia científica. **Londrina: Editora e Distribuidora Educacional**, 2013.

BRASIL. **Lei nº 11.326**, de 24 de julho de 2006. Estabelece as diretrizes para a formulação da Política Nacional da Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2004-2006/2006/lei/111326.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/111326.htm)> acesso em: 20 abr 2023.

\_\_\_\_\_. LDB. Lei 9394/96 – **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. Disponível em: < [www.planalto.com.br](http://www.planalto.com.br) >. Acesso em: 20 abr 2023.

BRUNDTLAND, Gro Harlem; COMUM, Nosso Futuro. Relatório Brundtland. **Our Common Future: United Nations**, 1987.

CASTRO, Edna Maria. Território, biodiversidade e saberes de populações tradicionais (Paper 092). **Papers do NAEA**, v. 7, n. 1, 1998.

CASTRO, Jorge Abrahão de. Evolução e desigualdade na educação brasileira. **Educação & Sociedade**, v. 30, p. 673-697, 2009.

CAUME, David José. **agricultura familiar no Estado de Goiás**. Editora Ufg, 1997.

CAVALCANTI, Clovis et al. **Meio ambiente, desenvolvimento sustentável e políticas públicas**. Cortez, 2001.

CAVALCANTI, Clóvis. Sustentabilidade: mantra ou escolha moral? Uma abordagem ecológico-econômica. **Estudos avançados**, v. 26, p. 35-50, 2012.

CHAVES, Maria do Perpétuo Socorro Rodrigues et al. De "cativo" a "liberto": o processo de constituição socio-histórica do seringueiro no Amazonas. 1994.

CHAVES, Maria PSR; LIRA, T. M.; SILVA, M. P. Uma experiência de pesquisa-ação para gestão comunitária de tecnologias apropriadas na Amazônia: o estudo de caso do assentamento de Reforma Agrária Iporá. 2001. **UNICAMP/CIREC, Campinas**, 2001.

CHAVES, Silvana Aparecida Pinter. ELIAS, Norbert; e SCOTSON, John. L.; Os estabelecidos e os outsiders: sociologia das relações de poder a partir de uma comunidade; tradução Vera Ribeiro; tradução do posfácio à edição alemã, Pedro Süssekind–Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2000, 224. 2005.

CORDEIRO, Berenice de Souza et al. Lei nacional de saneamento básico: perspectivas para as políticas e a gestão dos serviços públicos. 2009.

CRUZ, Rui António da. Ordenamento territorial e sustentabilidade socioambiental: estratégias integradas para o desenvolvimento do Município de Covalima–Timor-Leste. 2018.

CUNHA, Ricardo de Mattos Martins et al. Política Nacional de Gestão Territorial e Ambiental de Terras Indígenas-PNGATI, Decreto 7.447 de 05 de junho de 2012: uma territorialização estatal?. 2019.

DA SILVA, Eliane Regina Francisco; DE MEDEIROS HESPANHOL, Rosângela Aparecida. AS MULHERES NO PROGRAMA DE AQUISIÇÃO DE ALIMENTOS (PAA) NOS MUNICÍPIOS DE MIRANTE DO PARANAPANEMA E ROSANA (SP). **InterEspaço: Revista de Geografia e Interdisciplinaridade**, v. 5, n. 17, p. 10917.

DA SILVA, Henrique Martins; DE BRITO, Eliseu Pereira. O mito moderno da natureza intocada. **Revista Tocantinense de Geografia**, v. 10, n. 20, p. 273-277, 2021.

DALLABRIDA, Valdir Roque; BIRKNER, Walter Marcos Knaesel; COGO, Edson Luiz. Gestão territorial e desenvolvimento: avanços e desafios dos processos de descentralização político-administrativa no Brasil. **Scripta Nova. Revista Electrónica de Geografía y Ciencias Sociales**, v. 17, 2013.

DAVIDSON, Eric A. et al. The Amazon basin in transition. **Nature**, v. 481, n. 7381, p. 321-328, 2012.

DE ALBUQUERQUE, Cláudio Avellar; DE ALBUQUERQUE, Ulysses Paulino. Local perceptions towards biological conservation in the community of Vila Velha, Pernambuco, Brazil. **Interciencia**, v. 30, n. 8, p. 460-465, 2005.

DE AZEVEDO, Gênesis Alves et al. AVALIAÇÃO DE SUSTENTABILIDADE NOS SISTEMAS DE PRODUÇÃO DA COMUNIDADE QUILOMBOLA BARRO VERMELHO, MUNICÍPIO DE CHAPADINHA–MA. **RECIMA21-Revista Científica Multidisciplinar-ISSN 2675-6218**, v. 4, n. 2, p. e422670-e422670, 2023.

DE FREITAS REIS, Marlene Barbosa; LIMA, Daniela da Costa Britto Pereira; DESIDERIO, Mônica. Desenvolvimento, educação e sustentabilidade: questões emergentes e desafiadoras Development, education and sustainability: emerging and challenging issues

Desarrollo, educación y sostenibilidad: cuestiones emergentes y desafiantes. **REMEA-Revista Eletrônica do Mestrado em Educação Ambiental**, v. 35, n. 3, p. 4-22, 2018.

DE FREITAS, César Gomes; DE FARIAS, Cleilton Sampaio; VILPOUX, Olivier François. A produção camponesa de farinha de mandioca na Amazônia sul ocidental. **Boletim Goiano de Geografia**, v. 31, n. 2, p. 29-42, 2011.

DE GAUDEMAR, Jean Paul; DO ROSÁRIO QUINTELA, Maria. **Mobilidade do trabalho e acumulação do capital**. 1977.

DE MESQUITA, Lívia Aparecida Pires; MENDES, Estevane de Paula Pontes. Agricultura familiar, trabalho e estratégias: a participação feminina na reprodução socioeconômica e cultural. **Espaço em revista**, v. 14, n. 1, 2012.

DE OLIVEIRA AMANTE, Fernanda. PERCEPÇÃO AMBIENTAL-A EXPERIÊNCIA BRASILEIRA. **Geo UERJ**, n. 8, p. 105, 2000.

DE OLIVEIRA, Elane Conceição et al. AGRICULTURA FAMILIAR E SUSTENTABILIDADE NO ESTADO DO AMAZONAS: DO DESENVOLVIMENTO LOCAL PARA O SETORIAL. **Revista Grifos**, v. 30, n. 54, p. 94-111, 2021.

DE OLIVEIRA, Marcelo Leles Romarco. Reflexões sobre o uso do espaço em comunidades amazônicas: uma análise da comunidade extrativista do Iratapuru. **Oikos: Família e Sociedade em Debate**, v. 23, n. 1, p. 121-146, 2012.

DEMOGRÁFICO, Censo. IBGE–Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Rio de Janeiro**, 2010.

DIEGUES, Antonio Carlos Santana. O mito moderno da natureza intocada 3. ed. **Editora HUCITEC. Hucitec, Sao Paulo**, 2001.

DO SUL, EMATER Rio Grande et al. El medio rural con gente, producción y calidad de vida. 2013.

E SILVA, Maria das Graças. **Questão ambiental e desenvolvimento sustentável: um desafio ético-político ao Serviço Social**. Cortez Editora, 2010.

ERAZO, R. de L.; SILVA, L. de J.; COSTA, SCF das C. Pluriatividade e multifuncionalidade da agricultura familiar na região do lago Janauacá, Careiro-AM. **Embrapa Amazônia Ocidental-Artigo em periódico indexado (ALICE)**, 2020.

FAO (BRASILIA, DF). **Diretrizes de política agraria e desenvolvimento sustentável: resumo do relatório final do Projeto UTF/BRA/036; segunda versão**. FAO/INCRA, 1995.

FAO. **Colocar os agricultores familiares em primeiro para erradicar a fome**. Food and Agriculture Organization of the United Nations, 2014. Disponível em <<<http://www.fao.org/news/archive/news-by-date/2014/pt/>>>. Acesso em: 13 de mai. 2022

FERREIRA, Carlos Magri. **Fundamentos para a implantação e avaliação da produção sustentável de grãos**. EMBRAPA. Arroz e Feijão, 2008.

FOLADORI, Guilherme. As bases do comportamento humano e o ambiente. \_\_\_\_\_. **Limites do desenvolvimento sustentável. Campinas: Editora da Unicamp**, p. 61-82, 2001.

FONTOURA, Luiz Fernando Mazzini; VERDUM, Roberto. **Questão agrária e legislação ambiental. PLAGEDER**, 2010.

FORTE NETO, Francisco Tavares. Uso de práticas agrícolas sustentáveis: contribuições do Projeto São José III em assentamentos rurais do Ceará. 2022.

FRAXE, Therezinha JP. **Cultura cabocla-ribeirinha: mitos, lendas e transculturalidade. Annablume**, 2004.

FRAXE, Therezinha JP; PEREIRA, Henrique S.; WITKOSKI, Antônio Carlos (Ed.). **Comunidades ribeirinhas amazônicas: modos de vida e uso dos recursos naturais. Reggo**, 2011.

GADGIL, Madhav; BERKES, Fikret; FOLKE, Carl. Indigenous knowledge for biodiversity conservation. **Ambio**, p. 151-156, 1993.

GIL, Antonio Carlos. Livro-Como Elaborar Projetos de Pesquisa-Como Delinear Um Estudo de Caso-Capítulo 2. 2019.

GIL, Antonio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6. ed. Editora Atlas SA, 2008.

GLIESSMAN, Stephen R. **Agroecologia: processos ecológicos em agricultura sustentável**. Editora da Universidade UFRGS, 2001.

GOULART, Luciana Nunes et al. Family farming policy network in Brazil. **Cadernos EBAPE. BR**, v. 19, p. 96-110, 2021.

GUERRA, A.C.; TOLEDO, D. A.C.; CASTANHEIRA, L. F. M.; OLIVEIRA, B. A. M. Agricultura familiar e economia solidária: o programa compra direta como política de inserção. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE SISTEMAS DE PRODUÇÃO, 7., 2007, Fortaleza. **Anais...** Disponível em: <<[http://www.cnpat.embrapa.br/sbsp/anais/Trab\\_Format\\_PDF/139.pdf](http://www.cnpat.embrapa.br/sbsp/anais/Trab_Format_PDF/139.pdf)>>. Acesso em: 25 mai. 2022.

GUIMARÃES, Roberto Pereira; FEICHAS, Susana Arcangela Quacchia. Desafios na construção de indicadores de sustentabilidade. **Ambiente & sociedade**, v. 12, p. 307-323, 2009.

GUIVANT, Julia S. Heterogeneidade de conhecimentos no desenvolvimento rural sustentável. **Cadernos de Ciência e tecnologia**, v. 14, n. 3, p. 411-446, 1997.

GUZMÁN, Eduardo Sevilla; DE MOLINA NAVARRO, Manuel González. Ecosociología: Algunos elementos teóricos para el análisis de la coevolución social y ecológica en la agricultura. **Reis**, n. 52, p. 7-45, 1990.

HAESBAERT, Rogério. Identidades territoriais: entre a multiterritorialidade e a reclusão territorial (ou: do hibridismo cultural à essencialização das identidades). **Identidades e territórios: questões e olhares contemporâneos. Rio de Janeiro: Access**, p. 33-56, 2007.

HESPANHOL, Rosângela Aparecida de Medeiros. Programa de Aquisição de Alimentos: limites e potencialidades de políticas de segurança alimentar para a agricultura familiar. **Sociedade & Natureza**, v. 25, p. 469-483, 2013.

HUNN, Eugene S. The Value of Subsistence for the Future. **Ethnoecology: Situated knowledge/located lives**, p. 23, 1999.

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Áreas Urbanizadas do Brasil**. Rio de Janeiro: IBGE - Coordenação de Geografia, 2017. 28 p. – (Relatórios metodológicos, ISSN 0101-2843; v. 44).

IDAM - Instituto de Desenvolvimento Agropecuário e Florestal Sustentável do Estado do Amazonas. **Dados da produção de Novo Remanso/Itacoatiara**. 2011. Disponível em: < <http://www.idam.am.gov.br/wp-content/uploads/2014/01/NovoRemanso-2011.pdf> > Acesso em: 25.mar.2022.

\_\_\_\_\_. Dados da produção de Novo Remanso/Itacoatiara/AM. **2012**. Disponível em: < <http://www.idam.am.gov.br/wp-content/uploads/2014/01/Novo-Remanso-2011.pdf> > Acesso em: 25.mar.2022.

JACOBS, Jennifer M. OPTIMAL ALLOCATION OF WATER WITHDRAWALS IN A RIVER BASIN. **Journal of Water Resources Planning and Management**, p. 357, 1998.

JÚNIOR, Jonas Bach. A PERCEPÇÃO AMBIENTAL NA PEDAGOGIA WALDORF PELAS REFLEXÕES DE BACHELARD E SUA RELAÇÃO COM AS BASES DA EDUCAÇÃO ESTÉTICA E AMBIENTAL. **REMEA-Revista Eletrônica do Mestrado em Educação Ambiental**, v. 18, 2007.

KURTEN, Leandro Baggio; TERNOSKI, Simão. Agricultura familiar e sustentabilidade. **Universidade Estadual do Centro Oeste, PR**, 2016.

LADWIG, Nilzo Ivo; SCHWALM, Hugo (Ed.). **Planejamento e gestão territorial: reflexões interdisciplinares**. Editora Insular, 2014.

LEFF, Enrique. Discursos sustentáveis. 2010.

\_\_\_\_\_. Epistemologia ambiental. Tradução de Sandra Valenzuela. 4 ed. São Paulo: Cortez, 2007.

\_\_\_\_\_. **Ecologia, capital e cultura: a territorialização da racionalidade ambiental**. Editora Vozes, 2009.

LENCI, Lucas Henrique Vieira et al. Aspectos fitossociológicos e indicadores da qualidade do solo em sistemas agroflorestais. **Nativa**, v. 6, p. 745-753, 2018.

LIMA, Kadja Régia Silva. Aspectos hidrogeomorfológicos e socioambientais da Lagoa do Bacuri no leste maranhense. 2018.

LOURENÇO, Mariane Lemos; CARVALHO, Denise MW. Sustentabilidade social e desenvolvimento sustentável. **Race: revista de administração, contabilidade e economia**, v. 12, n. 1, p. 9-38, 2013.

LUSTOSA, Maria das Graças Osório P. **Reforma agrária à brasileira: política social e pobreza**. Cortez Editora, 2012.

MACHADO, Denise. Catadoras de caranguejo e saberes tradicionais na conservação de manguezais da Amazônia brasileira. **Revista Estudos Feministas**, v. 15, p. 485-490, 2007.

MAFRA, F.; SILVA, J. Amado. Planejamento e gestão do Território. Coleção Inovação e Governança nas Autarquias 1. 26 May 2008. 2004.

MAIA, Claudio Machado. Percepções que permeiam o conceito de agricultura familiar e a cronologia da luta pela sustentabilidade: panorama nacional e internacional. **Agricultura e Sustentabilidade**, p. 75-96, 2009.

MALAVOLTA, EURIPEDES. **Adubos e adubações**. NBL Editora, 2002.

MARQUES, L. J. P. et al. Dinâmica de populações e fitossociologia de plantas daninhas no cultivo do feijão-caupi e mandioca no sistema corte e queima com o uso de arado. **Planta Daninha**, v. 29, p. 981-989, 2011.

MARTINS, José de Souza. Expropriação e violência: a questão política no campo. **São Paulo: Hucitec**, 1980.

MAZZUCHELLI, Eduardo Henrique Lima et al. Aplicação de diferentes dosagens de esterco de galinha no substrato para produção de mudas de melão. *Colloquium Agrariae*, vol. 10, n. Especial, p. 09-16, 2014.

MEDEIROS, Maria da Penha et al. Sustentabilidade e agricultura familiar: um estudo de caso no Assentamento Patativa do Assaré no município de Patos-PB á luz de indicadores ambientais. 2019.

MELLO, Geison Jader et al. A educação do campo na Amazônia legal, caminhos que se cruzam entre agrotóxicos, agroecologia e ensino de ciências. **Experiências em Ensino de Ciências**, v. 10, n. 2, p. 89-101, 2015.

MENDES, Estevane de Paula Pontes. A produção rural familiar em Goiás: as comunidades rurais no município de Catalão. 2005.

MENDES, Estevane de PP; PESSÔA, Vera Lúcia Salazar. Técnicas de investigação e estudos agrários: entrevistas, registros de observações e aplicação de roteiros de entrevistas. **Geografia e pesquisa qualitativa: nas trilhas da investigação**. Uberlândia, MG: Assis, p. 509-537, 2009.

MENDONÇA, MARCELO RODRIGUES. Complexidade do espaço agrário brasileiro: o agrohidronegócio e as (re) existências dos povos cerradeiros. **Terra Livre**, v. 1, n. 34, 2010.

MENDONÇA, Sonia Regina. A questão agrária no Brasil: a classe dominante agrária – natureza e comportamento 1964-1990. STEDILE, João Pedro (Org). 2 ed – São Paulo: Expressão Popular, 2010.

MOREIRA, Roberto José. **Terra, poder e território**. Expressão Popular, 2007.

MORIN, Edgar. **O pensar complexo: Edgar Morin e a crise da modernidade**. Editora Garamond, 1999.

MOURA, Nárgila G. et al. Avian biodiversity in multiple-use landscapes of the Brazilian Amazon. **Biological Conservation**, v. 167, p. 339-348, 2013.

NAKATANI, Paulo; FALEIROS, Rogério Naques; VARGAS, Neide César. Histórico e os limites da reforma agrária na contemporaneidade brasileira. **Serviço Social & Sociedade**, p. 213-240, 2012.

NASCIMENTO, Elimar Pinheiro do. Trajetória da sustentabilidade: do ambiental ao social, do social ao econômico. **Estudos avançados**, v. 26, p. 51-64, 2012.

NASCIMENTO, Luis Felipe. Gestão ambiental e sustentabilidade. **Florianópolis: Departamento de Ciências da Administração/UFSC**, 2012.

NODA, Sandra do Nascimento et al. Agricultura familiar na Amazônia das águas. 2007.

\_\_\_\_\_. Utilização e apropriação das terras por agricultura familiar amazonense de várzeas. **Espaços e recursos naturais de uso comum. São Paulo: Núcleo de apoio à pesquisa sobre populações humanas e áreas úmidas brasileiras, USP**, 2001.

PEDROSO JÚNIOR, Nelson Novaes; MURRIETA, Rui Sérgio Sereni; ADAMS, Cristina. A agricultura de corte e queima: um sistema em transformação. **Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi. Ciências Humanas**, v. 3, p. 153-174, 2008.

PEREIRA, André Luiz et al. Logística reversa e sustentabilidade. **São Paulo: Cengage Learning**, 2012.

PERES, Carlos A. et al. Biodiversity conservation in human-modified Amazonian forest landscapes. **Biological conservation**, v. 143, n. 10, p. 2314-2327, 2010.

PERONI, Nivaldo; BEGOSSI, Alpina; HANAZAKI, Natalia. Artisanal fishers' ethnobotany: from plant diversity use to agrobiodiversity management. **Environment, Development and Sustainability**, v. 10, n. 5, p. 623-637, 2008.

PONTES, Itaciara Prestes da Silva et al. Sustentabilidade da Agricultura Familiar tradicional: um estudo nas comunidades ribeirinhas no Município de Caapiranga/Am. 2015.

PRADO JR, Caio. **A revolução brasileira e a questão agrária no Brasil**. Editora

Companhia das Letras, 2014.

PRIMO, Dário Costa; VAZ, Luciano Mendes Sousa. Degradação e perturbação ambiental em matas ciliares: estudo de caso do rio Itapicuru-açu em Ponto Novo e Filadélfia Bahia. **Diálogos & Ciência**, v. 7, p. 1-11, 2006.

RAFFESTIN, Claude; DO PODER, Por Uma Geografia. Tradução Maria Cecília França. **São Paulo: Editora Ática**, 1993.

REED, Mark S.; STRINGER, Lindsay C. **Land degradation, desertification and climate change: Anticipating, assessing and adapting to future change**. Routledge, 2016.

REZENDE, Marília Gabriela Gondim et al. Governança ambiental na Reserva de Desenvolvimento Sustentável Igapó Açu (Amazonas, Brasil). 2016.

RIBEIRO, Mariana Emídio Oliveira. **Alternativas de adoção de práticas no âmbito do desenvolvimento sustentável em propriedades rurais familiares**. 2018. Dissertação de Mestrado.

RIBEIRO, Renata Alves; KAWAMURA, Maria Regina D. Educação ambiental e temas controversos. **Revista Brasileira de Pesquisa em Educação em Ciências**, v. 14, n. 2, p. 159-169, 2014.

RITCHIE, Jerry C.; MCCARTY, Gregory W. <sup>137</sup>Cesium and soil carbon in a small agricultural watershed. **Soil and Tillage Research**, v. 69, n. 1-2, p. 45-51, 2003.

RODRIGUES, Cleide; ADAMI, Samuel Fernando. Técnicas fundamentais para o estudo de bacias hidrográficas. **Praticando geografia: técnicas de campo e laboratório**, 2005.

RODRIGUES, Débora Cristina Bandeira et al. A relação homem-natureza nas formas de uso e propriedade da terra na Amazônia: um estudo baseado nas comunidades do assentamento Iporá. 2001.

RODRIGUES, Debora Cristina Bandeira et al. Estudo para identificação de mecanismos de proteção aos conhecimentos das populações tradicionais: estudo de caso das comunidades Ebenezer e Mucajá em Maués/AM. 2009.

SACHS, Ignacy. **Caminhos para o desenvolvimento sustentável**. Editora Garamond, 2000.

SAMBUICHI, Regina Helena Rosa Organizadora et al. A política nacional de agroecologia e produção orgânica no Brasil: uma trajetória de luta pelo desenvolvimento rural sustentável. 2017.

SANTOS, Alessio Moreira dos; MITJA, Danielle. Agricultura familiar e desenvolvimento local: os desafios para a sustentabilidade econômico-ecológica na comunidade de Palmares II, Parauapebas, PA. **Interações (Campo Grande)**, v. 13, p. 39-48, 2012.

SANTOS, Vilbégina M. dos. A construção de uma comunidade imaginada do Sisal. **Anais do V ENECULT–Encontro de Estudos Multidisciplinares em Cultura**, 2009.

SAQUET, Marcos Aurelio. Por uma abordagem territorial. **Territórios e territorialidades: teorias, processos e conflitos**. São Paulo: Expressão Popular, p. 73-94, 2009.

SCHNEIDER, Sergio; CASSOL, Abel. Diversidade e heterogeneidade da agricultura familiar no Brasil e algumas implicações para políticas públicas. **Cadernos de Ciência & Tecnologia**, v. 31, n. 2, p. 227-263, 2014.

SCHNEIDER, Sergio; MATTEI, Lauro; CAZELLA, Ademir. Histórico, caracterização e dinâmica recente do PRONAF. **SCHNEIDER, Sérgio et. al**, 2004.

SCHNEIDER, Sergio; NIEDERLE, Paulo André. Agricultura familiar e teoria social: a diversidade das formas familiares de produção na agricultura. **Savanas: desafios e estratégias para o equilíbrio entre sociedade, agronegócio e recursos naturais**. Planaltina, DF: Embrapa Cerrados, p. 989-1014, 2008.

SEABRA, Luciany Oliveira; TACO, Pastor Willy Gonzales; DOMINGUEZ, Emílio Merino. Sustentabilidade em transportes: do conceito às políticas públicas de mobilidade urbana. **Revista dos Transportes Públicos-ANTP**, ano, v. 35, 2013.

SERRA, Maurício Aguiar et al. Perspectivas de desenvolvimento da Amazônia: motivos para o otimismo e para o pessimismo. **Economia e Sociedade**, v. 13, n. 2, p. 23, 2004.

SILVA, Antonia Ivanilce Castro da et al. Governança ambiental e segurança alimentar: a agricultura familiar no Alto Solimões, AM. 2009.

SILVA, José Graciliano da. O que é questão agrária. São Paulo: Brasiliense, 2001.

\_\_\_\_\_. Velhos e novos mitos do rural brasileiro. **Estudos avançados**, v. 15, p. 37-50, 2001.

SOUZA JR, Carlos M. et al. Ten-year Landsat classification of deforestation and forest degradation in the Brazilian Amazon. **Remote Sensing**, v. 5, n. 11, p. 5493-5513, 2013.

SOUZA, Francisco das Chagas Silva. Repensando a Agricultura: o enfoque da sustentabilidade como padrão alternativo à agricultura moderna. **HOLOS**, v. 2, 2004.

TAVARES, EDSON DIOGO TAVARES. **Da agricultura moderna à agroecológica: análise da sustentabilidade de sistemas agrícolas familiares**. Banco do Nordeste; Embrapa Tabuleiros Costeiros, 2009.

TOLEDO, Víctor M.; BARRERA-BASSOLS, Narciso. **La memoria biocultural: la importancia ecológica de las sabidurías tradicionales** . Editorial Icaria, 2008.

VAN BELLEN, Hans Michael. **Indicadores de sustentabilidade: uma análise comparativa: uma análise comparativa**. Editora FGV, 2015.

VENÂNCIO, Marcelo et al. Território de esperança: tramas territoriais da agricultura familiar na comunidade rural São Domingos em Catalão (GO). 2008.

VIEIRA, Antonio Fábio Guimarães et al. Erosão por voçorocas em áreas urbanas: o caso de Manaus (AM). 1998.

VIEIRA, Silvia Cristina; BERNARDO, Cristiane Hengler Corrêa; LOURENZANI, Ana Elisa Bressan Shimith. Política Pública de ATER para o desenvolvimento rural sustentável na Agricultura Familiar. **Revista Eletrônica Competências Digitais para Agricultura Familiar**, v. 1, n. 1, p. 1-22, 2015.

WANDERLEY, Maria de Nazareth Baudel. Raízes históricas do campesinato brasileiro. **Agricultura familiar: realidades e perspectivas**, v. 3, p. 21-55, 1999.

YIN, Robert K. Estudo de Caso: Planejamento e métodos. Bookman editora, 2015.